

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROBERTA PAIVA DA SILVA

***EXPLANAÇÕES SOBRE A PESSOA JURÍDICA E SUA DESCONSIDERAÇÃO NO
ORDENAMENTO NACIONAL***

CURITIBA

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROBERTA PAIVA DA SILVA

***EXPLANAÇÕES SOBRE A PESSOA JURÍDICA E SUA DESCONSIDERAÇÃO NO
ORDENAMENTO NACIONAL***

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Doutor Elimar Szaniawski.

CURITIBA

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

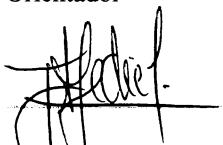
ROBERTA PAIVA DA SILVA

EXPLANAÇÕES SOBRE A PESSOA JURÍDICA E A NECESSIDADE DA RACIONALIZAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DE SUA PERSONALIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

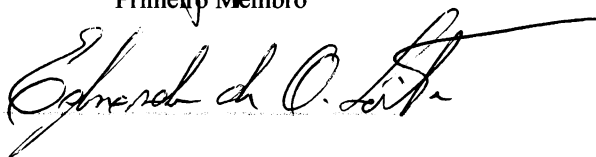
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



ELIMAR SZANIAWSKI
Orientador



JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL
Primeiro Membro



EDUARDO DE OLIVEIRA LEITE
Segundo Membro

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, de quem sou imperfeita metade.

Aos meus mestres, a quem sou sempre grata.

À vida, de que sou eterna aprendiz.

Ao meu amor, de quem sempre serei.

“o sentimento gregário do homem permite afirmar que a associação é inerente à sua natureza, corrigindo-lhe as fraquezas e suprimindo com a sua continuidade a brevidade da vida”. (Henri Capitant).

RESUMO

A presente monografia objetivou evidenciar a importância da pessoa jurídica no ordenamento brasileiro, e a necessidade da racionalização da desconsideração de sua personalidade para preservação do instituto, através de estudo da pessoa jurídica em dois momentos: na demonstração de seu surgimento, construção teórica e aplicação ao longo da sequência histórica, neste último quesito, principalmente no que diz respeito ao Brasil, e na análise da desconsideração da personalidade, onde, além de incursão histórica e demonstração de alocação legal nos ramos da ordem jurídica brasileira, busca-se indicar a atual situação da utilização da categoria, através da apresentação de decisões prolatadas por autoridades judiciárias. A partir desta exposição, experimentalmente, sugere-se a dita racionalização da desconsideração da personalidade jurídica, através de abordagem crítica que visa remeter a uma observação mais sensata da categoria, por meio de interpretação, não somente legal, mas obediente aos princípios de direito assentes no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo em respeito ao princípio da segurança jurídica.

PALAVRAS-CHAVE: *Pessoa Jurídica. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Direito Civil. Princípio da Segurança Jurídica. Direito Civil. Direito Comparado.*

RESUMÉ

Cette monographie vise à souligner l'importance de la personne morale au Brésil, et la nécessité d'une rationalisation du dépassement de sa personnalité pour la préservation de l'institut, à travers de l'étude de la personne morale en deux moments: dans la démonstration de sa création, de la construction théorique et de la mise en oeuvre au long de la séquence historique, cette dernière question, particulièrement en ce qui concerne le Brésil, et, dans l'analyse du dépassement de la personnalité, où, en plus de la démonstration historique, et de la démonstration de son place dans les branches de l'ordre juridique brésilienne, il est cherché d'indiquer l'actuel état de l'utilisation de la classe, en présentant les décisions rendues par les autorités judiciaires. De cette exposition, de manière expérimentale, il est suggéré la telle rationalisation du dépassement de la personnalité juridique, à travers d'une approche critique pour que devienne concrète une observation plus sensible de la catégorie, grâce à une interprétation non seulement juridique, mais obéissant aux principes de droit fondé sur le droit brésilien, et particulièrement en ce qui concerne le principe de sécurité juridique.

MOTS-CLEFS: *Personne Morale. Dépassement de la Personnalité. Principe de Sécurité Juridique. Droit Civile. Droit Comparé.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 O SURGIMENTO DA PESSOA JURÍDICA	04
1.1 O INSTITUTO NO DIREITO ROMANO	05
1.2 SEU DESENVOLVIMENTO AO LONGO DOS SÉCULOS	08
1.2.1 Doutrinas Individualistas	09
1.2.2 Doutrinas Realistas	12
1.2.3 Doutrinas Normativistas	14
1.3 INSERÇÃO DA SUA DISCIPLINA NOS CÓDIGOS CIVIS	16
2 A EVOLUÇÃO TEÓRICO-PRÁTICO DA PESSOA JURÍDICA NO BRASIL	18
2.1 O CÓDIGO CIVIL DE 1916	19
2.2 A POSIÇÃO DOUTRINÁRIA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE 1916	21
2.3 A CODIFICAÇÃO CIVIL DE 2002	22
2.4 A COMPREENSÃO DA PESSOA JURÍDICA NA ATUALIDADE	25
3 A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE EM VIÉS HISTÓRICO	30
3.1 A DESCONSIDERAÇÃO NO DIREITO COMPARADO	31
3.1.1 Direito Norte-Americano	31
3.1.2 Direito Inglês	33
3.1.3 Direito Alemão	34
3.1.4 Direito Francês	36
3.1.5 Direito Italiano	36
3.2 ANÁLISE TEÓRICA DA DESCONSIDERAÇÃO NO BRASIL	37
3.2.1 O Ensaio de Rubens Requião	38
3.2.2 A Contribuição de J. Lamartine Corrêa de Oliveira	39
3.2.3 O Posicionamento de Fábio Konder Comparato	40
3.2.4 A Exposição de João Casillo	41
3.2.5 A Sistematização de Marçal Justen Filho	41
3.3 CONCEPÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO NA ATUALIDADE	43

4 PERSPECTIVA PRÁTICA DA DESCONSIDERAÇÃO NO BRASIL	45
4.1 A DESCONSIDERAÇÃO NOS RAMOS DO ORDENAMENTO	45
4.1.1 <i>Direito Ambiental</i>	45
4.1.2 <i>Direito Civil</i>	46
4.1.3 <i>Direito do Consumidor</i>	48
4.1.4 <i>Direito do Trabalho</i>	49
4.1.5 <i>Direito Tributário</i>	50
4.2. PRIMEIRAS APLICAÇÕES DA DESCONSIDERAÇÃO	52
 5 PONDERAÇÃO SOBRE A PRÁTICA DA DESCONSIDERAÇÃO	 54
5.1 A SEGURANÇA JURÍDICA E O USO DA DESCONSIDERAÇÃO	55
5.2. DECISÕES QUE PRIVILEGIAM A TEORIA	57
5.3 O ABUSO NA PRÁTICA DA DESCONSIDERAÇÃO	60
5.4. NECESSIDADE DE RACIONALIZAÇÃO DO USO	62
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 65
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 69

INTRODUÇÃO

Desde as primárias lições de história, quando se fala na evolução da espécie humana, é sabido que em razão de ser o homem *animal social*, o espírito coletivo e a convivência em comunidade foi o fator determinante para que se culminasse na organização social como hoje conhecemos. Através da observação sociológica pode-se concluir que pessoas agrupadas obedecem a uma ordem, seja ela natural ou social. E, conforme ocorreu a evolução da sociedade, se verificou, paulatinamente, a criação de regras para a sobrevivência do grupo como um todo, o que implicou na criação do complexo ordenamento jurídico atual.

Do convívio humano em grupamentos surge a sociedade, o homem, em determinado momento de sua evolução, se viu na necessidade de criar entes abstratos, fictícios, vez que a configuração social se fizera tão complexa que as relações interpessoais já não mais eram suficientes. Criadas tais entidades, que passaram a fazer parte do convívio social, necessitava-se destinar uma regulação a elas, para que pudessem ser alcançadas pelo ordenamento jurídico.

Neste trabalho, se irá estudar incrível criação humana, objeto de sua vivência social e de sua capacidade imaginativa, tema que se reputa central na construção: *a pessoa jurídica*. Esse estudo se realizará num desdobramento que será exposto conforme a evolução desde seus primórdios até a complexidade sob a qual é encontrada hodiernamente.

Assim, no primeiro capítulo destina-se estudo histórico e teórico sobre a pessoa jurídica, iniciando-se no Direito Romano (quando elas eram apenas um rascunho do que se conhece hoje), passando-se pelas concepções verificadas na Idade Média, sob a influência da maior pessoa jurídica até então, a Igreja Católica, e posteriormente, na idade moderna, onde, após discussões teóricas, que se dividiram (para fins didáticos) numa classificação de três categorias (individualistas, realistas e normativistas), chega-se às concepções últimas da pessoa jurídica, assentadas no fim do século XIX e ao longo do século XX.

Esta discussão é de suma importância para uma verdadeira compreensão da pessoa jurídica, pois daí é que surge, em primeiro lugar, a denominação “pessoa jurídica” – de criação de Savigny -, bem como o entendimento sobre toda a sua

emblemática significação. Também é este o ponto de partida da problemática de sua utilização, sobre a qual vai se discorrer apenas num próximo momento.

Após tal deslinde histórico-teórico, busca-se realizar semelhante caminho, desta vez, no entanto, especificamente em relação ao direito brasileiro. Logo, iniciamos o estudo do conteúdo quando a pessoa jurídica ainda era pouco debatida pelo direito português. Perpassa-se pelo momento de Independência de nosso país, no qual se proporcionou no ordenamento a promessa da organização de uma codificação civil. Após a iniciação desta lei no direito pátrio, explica-se o fenômeno da pessoa jurídica, tanto sob os aspectos legais (através da elucidação sobre os dispositivos normativos que se ocupavam da pessoa jurídica), quanto sob os aspectos doutrinários desenvolvidos na vigência desta codificação.

Ainda, sobre a pessoa e o ordenamento brasileiro, é realizado estudo da sua colocação na *nova* codificação civil, a qual debuta quase que juntamente com o século XXI. Desta codificação se analisam quais dispositivos mantiveram a linha da norma anterior, e quais foram inovadores, sem deixar de lado as críticas sempre depositadas pela doutrina. E, para finalizar a matéria da pessoa jurídica, *per se*, constrói-se uma compreensão da dimensão da sua existência na atualidade, sob a análise de seus principais aspectos.

Assim, compreendida a sua existência e função, passa-se ao segundo momento deste exame. De imediato seguimos com a elucidação do tema da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, tema que, como se verá no momento oportuno, foi denominado de crise de função da pessoa jurídica por José Lamartine Corrêa de Oliveira.

Contudo, o exame da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica inicia-se muito antes desta definição. A análise da desconsideração – aqui de maneira similar em abordagem linear histórica – começa no direito comparado, berço da aplicação e do estudo da categoria. Desta forma, procura se expor o desenrolar teórico nos principais ordenamentos alienígenas, para, em passo seguinte, elucidar quais suas implicações no entendimento nacional. Chegando-se ao exame da teoria da desconsideração no Brasil, vai se apresentar primeiro a construção teórica e depois a construção prática do tema. Naquela, elencam-se os principais entendimentos sobre o assunto. Nesta se demonstra como se deram as primeiras aplicações.

Ao fim, propõe-se uma ponderação, despretensiosa e experimental, sobre a desconsideração, sob a égide da análise constitucional, visando alinhar a matéria com as noções decorrentes da adoção do princípio da segurança jurídica, bem como se demonstra, de forma breve, a necessidade de uma racionalização da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Entre estas pretensões, assentam-se decisões que vêm fundamentar, em prós e contras, como deve ser feita a interpretação da temática até então exposta.

Então, sem mais delongas, passam-se às breves *explanções* sobre a importância da pessoa jurídica e a necessidade da racionalização da desconsideração de sua personalidade no ordenamento nacional.

1 O SURGIMENTO DA PESSOA JURÍDICA

O homem é sociável por natureza, não vive só. Sua experiência em grupos, através dos tempos, o levou a criar abstrações mentais necessárias ao atingimento de fins coletivos que, em determinado momento histórico, foram alcançadas pelo direito. Consoante expõe Carlos Roberto Gonçalves, “o direito não podia ignorar essas unidades coletivas, criadas pela evolução histórica ou pela vontade dos homens, e passou então a discipliná-las para que possam participar da vida jurídica”¹.

Tais entes coletivos ao longo do tempo imantaram-se de tal importância, que, de proposição abstrata, passaram a ser tratadas semelhantemente às coisas reais. Isso ocorreu devido à [sic] “tendência ingênita ao espírito humano de generalizar (...) (e à) inclinação também natural e espontânea para personificar a abstração”². Assim, pode-se dizer que desta tendência retórica, é surgido instituto de direito que viemos a conhecer como pessoa jurídica.

Em definição de Maria Helena Diniz, a pessoa jurídica seria uma “unidade de pessoas naturais ou patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direito e obrigações”³. Ela seria formada por agrupamentos humanos ou patrimoniais com intuito, por muitas vezes, de finalidade duradoura, de modo que o desejo da coletividade se torne o objetivo da pessoa jurídica.

Para entender melhor a pessoa jurídica, será percorrida adiante uma evolução histórica – que igualmente se diz análise linear teórica –, para verificar o longo caminho que percorreu, desde seus primórdios, até a época atual. O passo inicial é dado a partir da análise do direito romano, conhecidamente sua primeira utilização.

¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: parte geral*, p. 181.

² ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de. *Das Pessoas Jurídicas: ensaio de uma theoria*, p. 15.

³ DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*, v.3, p. 669.

1.1 O INSTITUTO NO DIREITO ROMANO

A primeira manifestação da aplicação de normas aos entes coletivos como se fossem uma *pessoa jurídica*⁴ é encontrada no direito romano, nas figuras das corporações, associações e fundações romanas. Entretanto, a evolução histórica demonstra que o verdadeiro conceito levou algum tempo a ser aprimorado, ocorrendo num primeiro momento aplicação prática mormente, vez que sobre o desenrolar teórico Justiniano realizou alguns (poucos) apontamentos teóricos.

Os jurisconsultos romanos ao se depararem com uma situação até então não prevista por suas fórmulas jurídicas, aplicavam regra já existente, compatibilizando situações práticas à normatividade, pois eram eles “práticos e pragmáticos por excelência, (...) mestres no emprego da *fictio iuris*”⁵.

Inicialmente, durante o período pré-clássico romano, entendia-se que o patrimônio pertencente a várias pessoas não poderia ser de titularidade de uma entidade abstrata, mas, simplesmente das várias pessoas que a compunham. Portanto, quando se trata do direito antigo romano, podemos afirmar que este desconhecia o conceito de pessoa jurídica, pois “o *ius privatum* (*ius civile*) só tocava a pessoas naturais, aos *civis*”⁶.

Logo, uma entidade abstrata não poderia ser sujeito titular de direitos e deveres. Tanto assim o era, que as terras do povo, não pertenciam a ninguém, e os escravos públicos eram considerados como de domínio de todos os cidadãos, na figura de coproprietários deste patrimônio de Roma.

Na transição para o período clássico, verifica-se distinção, até então inexistente, entre Estado⁷ (*populus romanus*) e cidadãos, que, conforme ensina José Carlos Moreira Alves, não pode ser considerada “a origem da concepção de pessoa

⁴ Há de se esclarecer que utilizaremos a nomenclatura moderna “*pessoa jurídica*” apenas para fins de entendimento contextual do trabalho, vez que ao período romano tal denominação não era existente, já que criada por Savigny durante o período histórico moderno.

⁵ REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, p. 233 (grifos do autor).

⁶ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Civil*, v.1, p. 283 (grifos do autor).

⁷ Utiliza-se a palavra Estado para o direito romano, ainda que aí resida certa impropriedade. Bem se sabe que Estado é concepção moderna. Contudo remete-se a utilização ao entendimento dos romanos de que “Estado, Cidade e Pátria não eram abstrações como entre os povos modernos; [mas] representavam, de fato, todo o conjunto de divindades locais com o culto e as crenças que agiam fortemente sobre as almas” (COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*, p. 219).

jurídica de direito privado. Mas (...), sem dúvida o passo inicial”⁸. Pois, como apontou José Lamartine Corrêa de Oliveira, não era o Estado

entidade capaz de estabelecer e manter relações jurídicas com os particulares em pé de igualdade. Pelo contrário, era a sua uma posição de superioridade em face dos indivíduos, dos cidadãos (...) o *populus romanus*, não chegou jamais a ser considerado como algo de patrimonialmente (ou sob qualquer outro aspecto jurídico) equiparável ao ser humano⁹.

Desta forma, a presença da pessoa jurídica é evidenciada no direito romano após o século II, no trato das relações jurídicas dos *municipia*¹⁰, entes abstratos, diversos das pessoas naturais, e, ainda assim, titulares de direitos e regidos pelo direito privado. Igualmente nessa época, a personalidade jurídica atribuída aos municípios foi estendida a outras entidades, tais quais as *collegia* e as *universitates*, que tinham fins funerários, religiosos, comerciais, etc.

No período pós-clássico, a personalidade jurídica foi atribuída às corporações¹¹, conhecidas pelos juristas romanos sob as denominações *sodalitas*, *sodalitium*, *societas*, sendo posteriormente a elas endereçada a nomenclatura de *universitas*. Após a concessão da personalidade, tais entidades passaram a funcionar como titulares de direitos e deveres.

A criação e constituição de uma corporação assemelhavam-se, um pouco, à criação de uma pessoa jurídica hodiernamente, e deveria obedecer a três requisitos básicos, quais sejam: 1) a *associação de, no mínimo, três pessoas*, 2) *redação de um estatuto (lex collegii ou lex municipii) no qual seria o seu funcionamento regulamentado bem como sua organização* e, 3) *finalidade lícita*¹²: Segundo Moreira Alves, posteriormente no estudo deste direito, surgiu divergência em relação à existência de um quarto requisito, *autorização do poder público romano para o funcionamento*, uma vez que o *populus romanus* atribuía, ou não, licitude à finalidade da corporação. No entendimento de alguns estudiosos da matéria, isto

⁸ ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*, v. 1, p. 133.

⁹ OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. *Conceito da Pessoa Jurídica*, p.13.

¹⁰ Os municípios eram comunidades agregadas ao território romano que, no processo de agregação, perderam sua soberania, de forma a serem regidas pelo direito privado em suas relações patrimoniais, diferentemente das *civitates* e do Estado, os quais eram regidos, nas suas relações, pelo direito público (OLIVEIRA, J. L. C. de. Idem, p. 14).

¹¹ Corporação era a denominação recebida pelo conjunto de pessoas naturais reunidas para a consecução de determinado objetivo, ao qual era atribuída uma personalidade jurídica (ALVES, J. C. M. *Op. cit.*, p. 131).

¹² ALVES, J. C. M. *Op. Cit.*, p. 134-135.

caracterizaria a necessidade de uma autorização prévia à própria constituição da corporação, já que a finalidade seria componente básico para a sua criação.

E, uma vez existente e operante a corporação, ela poderia ser extinta em razão de: 1) morte, renúncia ou deliberação de todos os associados; 2) alcance do fim a que se propunha; 3) impossibilidade de realizar seu objetivo; e 4) ato do Estado (por julgar nociva sua atuação)¹³.

Portanto, uma vez dotada de existência e passível de extinção, a pessoa jurídica operava com capacidade jurídica, não plena, mas reduzida ao relacionamento com terceiros no campo dos direitos patrimoniais apenas. E, ainda, para que seu funcionamento tivesse efeitos externos, ou seja, no “*mundo dos fatos*”¹⁴, a pessoa jurídica era representada por pessoas naturais, representação, dividida em permanente e especial¹⁵.

Através do relacionamento com terceiros, a pessoa jurídica por vezes poderia incorrer em atos considerados como delitos pelos romanos, sobretudo nas modalidades da *iniuria*¹⁶ e do *damnum iniuria datum*¹⁷. A estes delitos eram previstas penas das quais decorriam *obligationes*, sendo reservado o dever de indenizar a vítima pela *compositio* (ressarcimento pecuniário).

Contudo, os delitos somente eram cometidos por pessoas naturais, o que implica dizer que as pessoas jurídicas no direito romano não poderiam “delinquir, nem proceder com dolo ou culpa”¹⁸, o que implicava em não serem elas responsabilizadas nos casos em que cometessem atos danosos.

Depois de brevemente analisarmos os entes coletivos, não restam dúvidas de que a iniciação ou surgimento histórico da pessoa jurídica e sua personalidade tenha se dado no Direito Romano. Contudo, os romanos apenas vivenciaram a experiência de forma intuitiva, sem terem eles deixado qualquer esquema teórico que explicasse o fenômeno conceitualmente.

¹³ ALVES, J. C. M. Idem, p. 136.

¹⁴ A expressão *mundo dos fatos*, bem como a expressão *mundo do direito*, é de autoria de Pontes de Miranda, que as utilizava com intuito de diferenciar as situações ocorridas no âmbito do direito e no âmbito sociológico, ou fático.

¹⁵ A representação permanente das pessoas jurídicas era realizada pelos *magister* ou *curator*, aqueles que exerciam os direitos delas. Já a representação especial era aquela ocorrida em juízo, na figura do *actor*, *defensor* ou *syndicus* (ALVES, J. C. M. *Op. cit.*, p. 135).

¹⁶ *Iniuria*, seria “o ato praticado sem que se tenha direito, sendo portanto, elemento essencial de qualquer delito” (ALVES, J. C. M. *Direito Romano*, v.2, p. 232).

¹⁷ O *damnum iniuria datum* consistiria “em alguém causar, culposamente, dano em coisa alheia, animada ou inanimada” (MOREIRA ALVES, J. C. Idem, p. 233).

¹⁸ MIRANDA, F. C. P. de. *Op.cit.*, p. 284.

1.2 SEU DESENVOLVIMENTO AO LONGO DOS SÉCULOS

Com a queda do Império Romano do Ocidente, no remoto ano de 476, durante um longo período a matéria das pessoas jurídicas permaneceu estagnada, bem como a aplicação do direito romano como um todo. Após essa latência, com Irnérnio e a Escola dos Glosadores, no século IX, retoma-se o estudo do direito romano e seus institutos¹⁹. Os glosadores buscam dar uma sistematização teórica à experiência verificada na prática pelos romanos.

Entretanto, é no direito canônico, através da grande influência da Igreja Católica na Idade Média, que passa a ser utilizado o conceito de *persona* em relação às pessoas jurídicas. A comparação das entidades à pessoa foi realizada pelos canonistas que estudaram o direito romano, vez que à época romana o conceito de pessoa – *persona* – era de uso único e exclusivo do homem. O Papa Inocêncio IV utiliza pela primeira vez a expressão *corpus mysticum* [sic] “para designar a subjectividade patrimonial da Igreja como verdadeira pessoa jurídica”²⁰.

A partir daí são desenvolvidos esboços de teses sobre as pessoas jurídicas, culminando até mesmo em uma primária classificação. Em relação às pessoas jurídicas se destinava a máxima latina, de autoria de Sinebaldo de Fieschi, segundo a qual “era a *universitas* uma *persona ficta, non vera sed repraesentata*”²¹. Assim, na Idade Média passou a se discutir a natureza dos entes abstratos, buscando situá-los na realidade. Entretanto, no que tange à sua responsabilidade não se aprofundou o assunto. O entendimento que se tinha à época era de que apesar de serem as pessoas jurídicas pessoas, elas não deveriam ser responsabilizadas, já que destituídas de corpo e alma como os homens, não podendo, assim, incorrer em pecado.

Após o período de formação dos Estados e da recepção dos direitos canônico (com a utilização dos estudos feitos pela Igreja) e romano (através,

¹⁹ Desde a queda do Império Romano até o século IX não se tem notícia concreta da persistência ou do estudo e aplicação do direito romano em razão da escassez de dados (ALVES, J. C. M. *Direito Romano*, v.1, p. 57).

²⁰ ALMEIDA, F. de P. L. *Op. cit.*, p.259.

²¹ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 21.

principalmente, dos trabalhos dos glosadores), começam a se desenvolver as verdadeiras teses sobre as pessoas jurídicas. Os entes abstratos passam a ser objeto de estudo de vários pensadores afiliados às escolas de direito (dentre elas a jusracionalista e a escola histórica do direito), os quais desejam apresentar uma qualificação e situação jurídica às agregações.

Intimamente ligada à existência da pessoa jurídica, está a noção de sua capacidade e responsabilização, pois, se a entidade abstrata é considerada como pessoa jurídica dotada de personalidade, é portanto, capaz civilmente, logo ela é responsável pelos atos que comete dentro do exercício de seu fim. Assim, importa dizer que, a discussão da natureza da pessoa jurídica muito interessa àqueles que desejam responsabilizá-la por seus atos.

Ainda que a discussão das teorias da pessoa tenha sido superada, e até mesmo considerada *perempta*²², far-se-á uma breve análise sobre algumas vertentes ideológicas que discorreram sobre as pessoas jurídicas. Assim, inicialmente é analisado o posicionamento de Savigny – adepto da Escola Histórica do Direito –, o primeiro a indagar a natureza da pessoa jurídica, indagação esta que culmina na *teoria da ficção legal*. Depois dela, o tema da pessoa jurídica passa a ser cada vez mais e mais debatido.

Visando fins didáticos, será apresentada uma classificação expositiva das principais teorias, a qual se retirou do trabalho de Corrêa de Oliveira, onde se verificam três principais correntes: as *doutrinas individualistas*, as *doutrinas que defendiam uma realidade coletiva* e as *teses normativistas*²³.

1.2.1 Doutrinas Individualistas

As doutrinas individualistas eram aquelas que negavam personalidade aos entes coletivos, razão pela qual são conhecidas também como doutrinas negativistas. Elas tiveram surgimento histórico no período onde era dominante o

²² PAGE, Henri de. *Traité Élémentaire de Droit Civil Belge*. apud OLIVEIRA, J. L. C. de. *A Dupla Crise da Pessoa Jurídica*. p. 02.

²³ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Conceito de Pessoa Jurídica*, p. 28.

pensamento voluntarista de Windscheid, assim sendo, a este pensamento se opuseram ou se filiaram.

Sob a ótica desta doutrina eram consideradas como pessoas as pessoas naturais, única e exclusivamente. Ademais, a pessoa jurídica não era dotada de existência própria, sendo “existente apenas como um artifício técnico imposto pelas necessidades da vida em comum”²⁴.

Conforme expõe Rodrigo Xavier Leonardo, neste grupamento ordenaram-se “as doutrinas que reservavam exclusivamente ao ser humano a verdadeira *personalidade e capacidade jurídicas*”²⁵. Dentre elas, encontram-se as teorias de Savigny, Brinz, Ihering, Vareilles-Sommières e outros.

Ao observarmos o ponto de partida de Savigny, o qual foi altamente influenciado pela teoria do *Wollendürfen* (poder da vontade), verifica-se construção teórica segundo a qual “o conceito primitivo de pessoa, ou seja, de sujeito de direito, deve coincidir com o conceito de homem (...) e apenas o ser humano tem capacidade de direito”²⁶. Assim, em sua teorização, os entes coletivos eram dotados de uma personalidade fictícia graças a um ato do Estado, realizado mediante lei autorizadora.

Em resposta ao conceito de Savigny, surge posicionamento cujo precursor é Windscheid e a noção de uma “existência de direitos sem sujeito”²⁷. Para Brinz, o qual era afiliado à teoria do patrimônio com um fim, não se deveria construir no direito uma divisão calcada nas pessoas, *divisio personarum*, mas sim uma divisão com base nos patrimônios, *divisio rerum*. A teoria do *Zweckvermögen* (patrimônio destinado a um fim) situa os entes coletivos no direito, não como pessoas jurídicas, mas como “patrimônio que a ninguém pertence, pertencendo antes a seu objetivo”²⁸.

Outra concepção é a de Ihering, igualmente oposta à Savigny e ao voluntarismo. Nela se “tornava *transparente* a pessoa jurídica, também para se chegar à negação dela”²⁹. O autor, partindo de sua noção revolucionária (à época) de direito subjetivo, constrói doutrina que visava retirar da pessoa jurídica qualquer

²⁴ REALE, M. *Op. cit.*, p. 234.

²⁵ LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Pessoa Jurídica: por que reler a obra de J. Lamartine Corrêa de Oliveira hoje?*, p. 05.

²⁶ SAVIGNY, Friedrich Carl von. *Sistema del Diritto Romano Attuale*. apud LEONARDO, R. X. *Idem*, *ibidem*

²⁷ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 40.

²⁸ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, *ibidem*.

²⁹ MIRANDA, F. C. P. de. *Op. cit.*, p. 280.

traço de personalidade, e assim sendo, a personalidade da pessoa jurídica nela não seria encontrada, “mas vai repousar nos indivíduos que a compõem, os quais são os verdadeiros sujeitos de direito. Aquela (pessoa jurídica) não passa de forma especial de apresentação das relações jurídicas”³⁰. A teoria de Ihering assim se realizou por ser ele um combatente da teoria do *poder da vontade*. Em sua compreensão, “foi o princípio voluntarista que, exagerado, levou à tese que vê na pessoa jurídica o verdadeiro titular de direitos”³¹.

Por último, Varennes-Sommières também combateu a teoria de Savigny, aderindo ao posicionamento de Ihering no sistema individualista antivoluntarista, expondo que, ao se equiparar a pessoa jurídica à pessoa natural, estaria se rebaixando o “conceito de pessoa natural, que perde toda a sua dignidade substancial para transformar-se em mero sujeito de direitos patrimoniais”³². Em sua ótica, a pessoa jurídica não seria dotada de existência real, mas meramente intelectual, tendo sua origem não na ficção legal, mas na ficção doutrinária.

Em relação aos atos das pessoas jurídicas, nesta corrente não há o que se falar sobre responsabilidade, uma vez que as pessoas jurídicas [sic] “eram consideradas incapazes e equiparadas aos menores e aos interdictos”³³. Logo, os atos praticados por tais pessoas eram aos seus representantes atribuídos. Tal posicionamento é lógico, pois não há como se sustentar que algo fictício e meramente abstrato seja naturalmente capaz.

Acerca das doutrinas individualistas – que negaram existência à pessoa jurídica –, Pontes de Miranda teceu crítica, sustentando que tais autores não realizaram um profundo estudo histórico do direito romano, no qual assentaram a base de suas construções, pois é sabido que o próprio direito romano em seu período clássico passou a considerar como pessoas entidades diversas dos *civis*³⁴.

Contudo, e, apesar das falhas atribuídas às teorias ficcionistas (principalmente em razão da falta de argumentação teórica e adequação às situações reais encontradas – na maior parte em razão de terem se prendido à concepção voluntarista do direito –), é de suma importância o seu desenvolvimento, pois desencadeou uma série de outras teorias.

³⁰ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*, v. 1, p. 304.

³¹ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 43.

³² OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p. 47.

³³ ALMEIDA, F. de P. L. de. *Op. cit.*, p. 75.

³⁴ MIRANDA, F. C. P. de. *Op. cit.*, p. 284.

1.2.2 Doutrinas Realistas

Em oposição às doutrinas individualistas, surgiram as doutrinas defensoras de uma realidade coletiva, na qual se expunha que “quando os homens se reúnem para realizar qualquer objetivo, (...) forma-se *efetivamente* uma entidade nova”³⁵. Assim, as pessoas jurídicas seriam “realidades vivas e não mera abstração, tendo existência própria como indivíduos”³⁶.

Iniciaram-se tais doutrinas com as exposições de Zitelmann³⁷ e Gierke³⁸, os quais defendiam uma teoria de cunho voluntarista e organicista, respectivamente. Na concepção dos adeptos destas exposições, “a pessoa jurídica é uma realidade sociológica, ser com vida própria, que nasce por imposição das forças sociais”³⁹.

Em primeiro lugar, Zitelmann defendeu a *Willenstheorie* (teoria da vontade), sob argumento de que as pessoas jurídicas seriam *vontades incorpóreas*, fundadas na “vontade comum da associação, (e na) vontade objetivada do fundador na associação”⁴⁰.

Por outro lado, Gierke sedimenta sua teoria no entendimento da pessoa numa realidade organicista, desenvolvida na *Genossenschaftstheorie*, onde sustentava que “é a pessoa coletiva um ente orgânico que, por sua vontade coletiva, e pelo seu surgimento historicamente espontâneo, tem realidade própria, e possui capacidade jurídica idêntica à das pessoas individuais”⁴¹. Afirma igualmente que as pessoas jurídicas seriam “entidades vivas, dotadas de realidade, independência e de

³⁵ REALE, M. *Op. cit.*, p. 234 (grifos do autor).

³⁶ GONÇALVES, C. R. *Op. cit.*, p. 184.

³⁷ Na concepção de Corrêa de Oliveira, a teoria de Zitelmann era de cunho realista. Contudo, parte da doutrina, na qual se encontra Pereira, posiciona-se no sentido de que a teoria da vontade deveria ser assentada como ficcionista.

³⁸ Otto von Gierke, opôs-se à Savigny na escola histórica de direito alemão, e alcançou notoriedade no âmbito da doutrina organicista com as obras *Das Deutsche Genossenschaftsrecht* (O direito alemão das associações) e *Deutsches Privatrecht* (Direito Privado Alemão).

³⁹ GONÇALVES, C. R. *Op. cit.*, p. 184.

⁴⁰ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 58.

⁴¹ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p. 61.

uma vontade consciente que justificaria a capacidade para agir distinta de seus membros”⁴².

Outras vertentes da doutrina da realidade coletiva desenvolveram-se concomitantemente às acima expostas, sendo apresentadas a seguir as que têm como principais defensores Hauriou e Saleilles, os quais sustentavam, respectivamente, a teoria institucionalista e a teoria da realidade técnica.

A teoria institucionalista de Hauriou posiciona a pessoa jurídica como uma instituição, não somente porque tem “uma existência (...) teleológica, ou seja, finalística”⁴³, mas porque é uma unidade de fins, parte de uma realidade complexa, tendo sua existência baseada na teoria dos objetos, assim como se dá no estudo da Filosofia do Direito⁴⁴.

Desta forma, o autor partiu de tais premissas para definir a pessoa sob a conjugação de três elementos principais, quais sejam: “1.º a *idéia diretriz*, ou *idéia de obra a realizar*, ou *idéia da empresa*; 2.º o *poder de governo organizado*; 3.º as *manifestações de comunhão*”⁴⁵. Assim, a entidade abstrata daria lugar à pessoa jurídica ao sofrer “um *tríplice movimento de interiorização, incorporação e personificação*”⁴⁶, o qual naturalmente atribuiria à ela uma personalidade jurídica. Esta teoria teve aceitação em diversos países, sendo utilizada até os dias de hoje, principalmente na Itália e França.

Por fim na *teoria da realidade técnica*, Saleilles compreende que “a personificação dos grupos sociais é expediente de ordem técnica”⁴⁷, atribuída pelo Estado através da lei. Contudo, e aqui diferindo da teoria individualista, a pessoa jurídica tem natureza real equiparada aos seres humanos como indivíduos. Para esta doutrina a pessoa jurídica seria composta de quatro elementos básicos: “o elemento *objetivo*, o *poder*, um elemento *subjetivo*, a *vontade* que exerce esse poder, e um elemento *social*, o fato de o poder deve ser posto ao serviço de *interesses de natureza social*”⁴⁸.

⁴² GIERKE, Otto von. *Natural Law and the Theory of Society 1500 to 1800*. apud LEONARDO, R. X. *Op. cit.*, p. 08.

⁴³ REALE, M. *Op. cit.*, p. 236.

⁴⁴ A teoria dos objetos, é correlata à ontologia. Esta por sua vez é a parte da filosofia que se ocupa com o problema da essência das coisas, investigando-as para chegar a defini-las e precisar seu conceito (DINIZ, M. H. *Dicionário Jurídico*, v.3, p. 501).

⁴⁵ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 127.

⁴⁶ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p. 129.

⁴⁷ GONÇALVES, C. R. *Op. cit.*, p. 184.

⁴⁸ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 127.

Na perspectiva das teorias realistas, uma vez admitida a existência das pessoas jurídicas como *realidades vivas*, “é concludente a capacidade natural”⁴⁹ delas, dependendo, obviamente, de determinadas condições legais para o exercício desta capacidade. Assim, cabe afirmar que, sob a ótica das teorias da realidade, é a própria pessoa jurídica responsável por seus atos, e não seus representantes.

As correntes doutrinárias realistas foram criticadas por não descreverem ou esclarecerem “como os grupos sociais, que não têm vida própria e personalidade, que é característica do ser humano, podem adquiri-la e tornarem-se sujeitos de direito e obrigações”⁵⁰. E, ainda que se opusessem ao posicionamento individualista, não se afastaram totalmente da carga voluntarista que este carregava.

Também foram duramente criticadas pela sua ininteligibilidade ao utilizar determinadas expressões gerais, as quais não eram dotadas de significado que se pudesse verificar numa aplicação prática, padecendo, por vezes, de adequação entre o teórico e o real.

1.2.3 Doutrinas Normativistas

No âmbito das teses normativistas⁵¹ sobre a pessoa jurídica (as quais decorrem da teoria pura de Hans Kelsen – que deseja desentranhar a ciência jurídica de outras ciências –), são encontrados como expoentes: Ferrara, Duguit e o próprio Kelsen.

Para Ferrara, a pessoa e a personalidade teriam em suas morfologias, carga significativa que remeteria a três principais definições: uma *físico-antropológica*, uma *teleológico-filosófica* e uma *jurídica*. E, para se chegar ao conceito jurídico da pessoa, seria necessário não se imiscuir tais conceitos, e, ainda, não utilizar no

⁴⁹ ALMEIDA, F. de P. L. de. *Op. cit.*, p. 75.

⁵⁰ GONÇALVES, C. R. *Op. cit.*, p. 185.

⁵¹ Em decorrência da teoria normativista deixa-se de lado toda a conceituação do direito subjetivo – componente das teorias anteriores –, imbricando-se a ideia de que os conceitos de pessoa e pessoa jurídica não se equiparam, mas se afastam, na devida proporção em que é proposto que ambas são construções artificiais do direito, e como tais, figuram como centros de imputação de deveres jurídicos. De acordo com Leonardo, o normativismo, em termos gerais, pretendia alcançar um conceito de pessoa jurídica depurado de elementos metajurídicos (LEONARDO, R. X. *Op. cit.*, p.10).

direito concepções a ele estranhas⁵². Desta forma, ele construiu sua teoria, onde conclui que “as pessoas jurídicas podem ser definidas como associações ou instituições formadas para a consecução de um objetivo, e reconhecidas pela ordem jurídica como sujeitos de direito”⁵³, sendo elas *reais* dentro da relatividade do conceito de real.

Igualmente assentado na corrente normativista, Duguit considerava “o direito subjetivo como resultado da obsessão ou tendência metafísico-teológica”⁵⁴ do homem. Assim, “o autor, na construção de sua teorização nega a própria noção de direito subjetivo”⁵⁵, defendendo seu afastamento para a construção teórica de uma noção de pessoa jurídica. Logo, a teoria de Duguit se desenvolve no sentido de refutar o direito subjetivo e as categorias e institutos que dele decorrem. Ele conclui sua teoria propondo a negação da pessoa jurídica, bem como a de sua personalidade, objetivando bani-las do ordenamento.

Ainda, sob esta égide, reside o entendimento do precursor da teoria. Kelsen propõe em sua obra *Teoria Pura do Direito* uma construção jurídica despida das acepções metajurídicas que permeiam o direito. Ele procura, na construção de seu arcabouço teórico, afastar o direito subjetivo dos institutos. Em relação às pessoas jurídicas, afirma que elas são “apenas a *expressão unitária personificadora de um complexo de normas*, vale dizer, de uma ordem jurídica”⁵⁶.

A responsabilidade das pessoas jurídicas em relação aos seus atos é tema sobre o qual não se realiza, ou mesmo, não cabe discussão. Se as pessoas jurídicas deveriam ser postas para fora do ordenamento, uma vez que o conceito de pessoa é de natureza *metajurídica*, logo, não se fala em atos desta pessoa, nem em sua responsabilização.

Sobre o normativismo, Corrêa de Oliveira afirmou que não demonstra grande importância para o estudo da pessoa jurídica, vez que se desinteressa “pelo menos metodologicamente, de qualquer opção de fundo sociológico, filosófico-social ou sociopolítico, procura(ndo) criar sistema de conteúdo predominantemente ou exclusivamente dogmático-técnico”⁵⁷. Neste mesmo sentido, afirmou não ver

⁵² LEONARDO, R. X. Idem, ibidem.

⁵³ FERRARA, Francesco. *Teoria delle Persone Giuridiche*. apud OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 75.

⁵⁴ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 81.

⁵⁵ OLIVEIRA, J. L. C. de. *A Dupla Crise da Pessoa Jurídica*, p. 10.

⁵⁶ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Conceito de Pessoa Jurídica*, p. 94.

⁵⁷ OLIVEIRA, J. L. C. de. *A Dupla Crise da Pessoa Jurídica*, p. 09-10.

utilidade na criação de um direito estanque de todas as outras disciplinas pois “pretender para a ciência jurídica total autonomia, e seu desligamento de tudo o que é ‘ideológico’, é intento, quando não inalcançável, absurdo e, paradoxalmente, antijurídico”⁵⁸.

Em que pese as observações de Corrêa de Oliveira acerca das teorias normativistas, inegável é o fato de que elas buscaram trazer, ainda que sem sucesso prático, em razão da incomunicabilidade da teoria com outros campos necessários para a construção de uma teoria tanto doutrinária quanto prática do direito, uma construção da ciência jurídica que fosse autossuficiente em si.

1.3 INSERÇÃO DA SUA DISCIPLINA NOS CÓDIGOS CIVIS

Os embates de cunho teórico sobre a pessoa jurídica foram importantes à aplicação prática, pois concomitante a estas discussões ocorriam as inserções legais do tema. Tanto assim o é, que nos Códigos da Áustria e Prússia adotou-se a inclusão de normativas acerca dos agrupamentos, na acepção de *pessoa moral*⁵⁹. Ainda, em se tratando de codificações, com a inovadora criação do *Bürgerliches Gesetzbuch* (BGB)⁶⁰, reconheceu-se no Direito Alemão a legitimidade da “*existência de sujeitos de direito distintos da pessoa humana titulares de direitos subjetivos*”⁶¹, conferindo-lhes titularidade jurídica em suas relações. A pessoa jurídica no BGB foi abordada no livro da parte geral, na seção *das pessoas*, “com fragmentos de teorias gerais (...) e prescrições gerais sobre as pessoas jurídicas de direito privado organizadas sob forma de associação”⁶², bem como sob a forma de fundações.

⁵⁸ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Conceito de Pessoa Jurídica*, p. 95.

⁵⁹ Utilizou-se a nomenclatura pessoa moral advinda da corrente jusnaturalista (AMARAL, Francisco. *Direito Civil: introdução*, p. 279). Cabe ainda ressaltar que tal nomenclatura era corrente à época em que se iniciou o desenvolvimento da discussão das teorias sobre a natureza da pessoa jurídica, e era altamente combatida por Savigny, que encontrava falhas na definição advinda da obra de Pufendorf e Grocio (OLIVEIRA, J. L. de. *Idem*, *ibidem*).

⁶⁰ Inovador por sistematizar numa parte geral do código as teorizações de direito civil, e noutra parte – denominada especial – as disposições práticas.

⁶¹ AMARAL, F. *Op. cit.*, p. 280.

⁶² WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*, p. 559.

Também se edificou uma conceituação da pessoa jurídica no *Codice Civile* Italiano de 1942, que se aproximou da *doutrina dualista alemã*⁶³. Tal se deu em razão da unificação da Itália, pois, a partir daí os pensadores deste país se afastaram das concepções francesas e aproximaram-se das construções pandectistas. A pessoa no ordenamento italiano não teve amplo trato (como o dado pelo BGB), visto que somente se reconheceu personalidade jurídica às sociedades de capitais.

Assim, após deslinde evolutivo histórico chegou-se finalmente à era das codificações. Contudo, e apesar do assento legal sobre a pessoa jurídica, ainda resta deveras controversa a questão acerca da sua natureza até então, ou por não haver assento legal da matéria – como é o caso dos países da *common law* –, ou por divergências doutrinárias nos países onde há assento legal.

Contudo, é inegável que após período onde muito se debateu sobre as pessoas jurídicas foi construído um grande arcabouço de direitos, não mais se encontrando elas desamparadas, vez que efetivamente reconhecidas. Afinal, se não se tivesse realizado tamanho debate outrora, talvez na atualidade não se gozasse das prerrogativas que a personificação alcança, como por exemplo a *destinação econômica autônoma, independência existencial diversa dos seus membros, possibilidade de relacionamento jurídico autônomo*, dentre outras.

⁶³ A doutrina dualista alemã trata diferentemente os tipos de sociedades, concedendo a umas personalidade e a outras não.

2 EVOLUÇÃO TEÓRICO-PRÁTICO DA PESSOA JURÍDICA NO BRASIL

No Brasil, o ordenamento jurídico teve seu início calcado na experiência do direito português, uma vez que nosso país era de Portugal uma colônia⁶⁴. Assim, inicialmente, e até a entrada em vigência da Constituição do Império, datada de 1824, tivemos como fonte da aplicação legal o direito português na figura das Ordenações⁶⁵, as quais eram pautadas no direito romano, germânico e canônico.

A mencionada Constituição, em seu art. 179, XVIII, anunciou a criação de um código criminal e um civil, sendo ainda, até a promulgação destas leis, válidas as Ordenações Filipinas e as Leis e Decretos promulgados pelos reis de Portugal⁶⁶. Entretanto, enquanto não se criava um código civil, vigiam no sistema jurídico brasileiro como fontes do direito civil as leis, o costume, o *direito canônico* e o *romano*, o *direito das nações civilizadas*, e, a *analogia*⁶⁷. De grande valia nesse período foi o entendimento doutrinário, principalmente na figura das *Consolidações das Leis Civis* de Teixeira de Freitas.

Portanto, pode se afirmar que a pessoa jurídica no Brasil durante o período compreendido entre a colonização e a República, teve como base de apoio o entendimento português sobre a matéria, imiscuído com o entendimento da nossa doutrina.

Não diferente do que vinha ocorrendo no exterior, emergiu em nosso país o debate sobre a natureza da pessoa jurídica, com posicionamentos igualmente diversos, tanto no sentido de não serem as pessoas jurídicas consideradas sujeitos de direitos, como posicionamentos que se opunham devido à adoção de diferentes concepções doutrinárias.

A discussão no país, após o conhecimento das teorias desenvolvidas na Europa, também pode ser dividida em correntes. Assim, numa primeira vertente tem-

⁶⁴ Naturalmente se aplicou ao Brasil o direito português, haja vista a subserviência do nosso país ao reino português até meados de 1822.

⁶⁵ As Ordenações dos reis (*Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas*) eram "códigos cada vez mais afirmadores da integração jurídica". Tais codificações pretendiam dar ao direito português independência das diversas e esparsas leis existentes, organizando-se as matérias numa só compilação. Esta organização objetivava centralizar no poder soberano do rei a disposição sobre o direito. (MIRANDA, F. C. P. de. *Fontes e Evolução do Direito Civil Brasileiro*, p. 61).

⁶⁶ MIRANDA, F. C. P. de. *Idem*, p. 66.

⁶⁷ MIRANDA, F. C. P. de. *Idem*, p. 67-78.

se J. X. Carvalho de Mendonça, que desejava a adoção da *teoria da comunhão alemã*⁶⁸ em relação às sociedades comerciais apenas, aos moldes do que se operou no Código Civil Italiano de 1942.

Por outro lado, também aqui eram defendidas, pela maioria doutrinária, as teorias que desejavam destinar reconhecimento amplo às pessoas jurídicas, concedendo a elas uma personalidade jurídica. Em meio à discussão, no ano de 1850 se consolida lei de direito privado⁶⁹, no Brasil, a qual, porém, não faz menção alguma acerca das pessoas jurídicas, sendo apenas em 1916 finalmente promulgado o Código Civil previsto na Constituição do Império, passando a centralizar os temas relacionados às pessoas jurídicas⁷⁰. Segue-se, portanto, ao estudo jurídico acerca do Código Civil de 1916.

2.1 O CÓDIGO CIVIL DE 1916

Oriundo do projeto apresentado por Clóvis Beviláqua, o Código Civil de 1916 (L. 3071 de 01 de janeiro de 1916) tratou da matéria das pessoas jurídicas no livro primeiro da parte geral, que versou sobre as pessoas, com capítulos especiais para as modalidades *natural e jurídica*.

Sobre as pessoas jurídicas, versaram os artigos 13 a 30, com enfoque sob os aspectos de sua responsabilidade, capacidade, existência, representação, tendo igualmente classificado-a. Nos artigos 13 14 e 16 do código minudenciou-se a classificação das pessoas jurídicas, que operava em *numerus clausus*. No primeiro, distinguiram-se as pessoas jurídicas numa divisão entre *pessoas jurídicas de direito público interno e externo*, e *pessoas de direito privado*⁷¹. Os outros dois

⁶⁸ Na teoria da comunhão não havia divisão de bens ou partes entre indivíduos, sendo somente a coletividade dotada da sua disposição. (REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*, p. 388).

⁶⁹ Neste ano passou a vigorar o Código Comercial, o qual não tratou da matéria ou das concepções nacionais de pessoa e personalidade jurídica.

⁷⁰ Assim se afirmou em razão de já haver diversas leis que tratavam das pessoas jurídicas de maneira específica em nosso ordenamento. Está a se falar, dentre outras, das Leis 1.083/1860 e 3.150/1882 e do Dec. 2.711/1860, que regulamentaram a necessidade de autorização Estatal para a atribuição de personalidade jurídica à algumas pessoas jurídicas. (ALMEIDA, F. de P. L. de. *Op. cit.*, p. 200-1).

⁷¹ "Art. 13. As pessoas jurídicas são de direito público interno, ou externo, e de direito privado".

regulamentavam as pessoas jurídicas de direito interno, *público e privado* respectivamente⁷².

O artigo 18 tratou da iniciação da pessoa jurídica dentro do universo de direito.

*Art. 18. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição dos seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos no seu registro peculiar, regulado por lei especial, ou com a autorização ou aprovação do Governo, quando precisa.
Parágrafo único. Serão averbadas no registro as alterações que esses atos sofrerem.*

Parte da doutrina entende que estaria aí assentada natureza afiliada à teoria da realidade técnica, vez que a pessoa somente passaria a pessoa jurídica a existir conforme determinação legal. Entretanto, é ampla a concepção de que “o reconhecimento das pessoas jurídicas por parte do Estado não é ato de *criação*, mas sim de *confirmação*”⁷³, sendo este o posicionamento do próprio redator do código. As formalidades que deveriam ser observadas no registro que operaria a inscrição da pessoa jurídica, como ente personificado no ordenamento legal, eram encontradas no artigo 19 da lei⁷⁴. E, em sequência, no art. 20, havia importante disposição sobre a pessoa jurídica.

Art. 20. As pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros.

⁷² “Art. 14. São pessoas jurídicas de direito público interno:

I - a União;

II - cada um dos seus Estados e o Distrito Federal;

III - cada um dos Municípios legalmente constituídos.

Art. 16. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as sociedades civis, religiosas, piás, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações;

II - as sociedades mercantis;

III - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 9.096, de 19.9.1995)”.
⁷³ BEVILAQUA, Clovis. *Teoria Geral do Direito Civil*, p. 104.

⁷⁴ “Art. 19. O registro declarará:

I - a denominação, os fins e a sede da associação ou fundação;

II - o modo por que se administra e representa ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;

III - se os estatutos, o contrato ou o compromisso são reformáveis no tocante à administração, e de que modo;

IV - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais;

V - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio neste caso”.

O artigo expressa princípio do brocardo latino “*universitas distat a singulis*”, que “enunciava a regra de separação de patrimônios e responsabilidades”⁷⁵ entre a pessoa jurídica e seus membros.

Sobre o tema da extinção da pessoa jurídica e as possíveis destinações de seus bens quando do seu fim, ocuparam-se os artigos 21, 22 e 23 da lei civil⁷⁶. E, por fim ilustra-se que as disposições inseridas nos artigos 24 a 30 deste código, regulamentavam o funcionamento das fundações, espécie da pessoa jurídica.

2.2 A POSIÇÃO DOUTRINÁRIA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE 1916

Após o assentamento da matéria da pessoa jurídica no Código de 1916, a doutrina não cessou as indagações sobre o tema, criticando as regras da codificação e apresentando novas propostas, ainda sob a égide das teorias sobre a natureza.

Nos anos 60, contribuição importante foi prestada por Corrêa de Oliveira, quem realizou estudo organizativo da matéria. Em sua obra *Conceito da Pessoa Jurídica*, ele sistematiza as principais correntes doutrinárias que versavam sobre o assunto, contrapondo as teorias e demonstrando quais falhas cada uma possuía, a partir do embate entre elas.

⁷⁵ SOUZA, Vanessa Ribeiro Corrêa Sampaio. *Desconsideração da Personalidade Jurídica: teoria e legislação no Brasil*. [online] Disponível na Internet via <<http://www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista09/Artigos/Vanessa.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2009.

⁷⁶ “Art. 21. Termina a existência da pessoa jurídica:

I - pela sua dissolução, deliberada entre os seus membros, salvo o direito da minoria e de terceiros;

II - pela sua dissolução, quando a lei determine;

III - pela sua dissolução em virtude de ato do Governo, que lhe casse a autorização para funcionar, quando a pessoa jurídica incorra em atos opostos aos seus fins ou nocivos ao bem público. (Redação dada pelo Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 15.1.1919)

Art. 22. Extinguindo-se uma associação de intuitos não econômicos, cujos estatutos não disponham quanto ao destino ulterior dos seus bens, e não tendo os sócios adotado a tal respeito deliberação eficaz, devolver-se-á o patrimônio social a um estabelecimento municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

Parágrafo único. Não havendo no Município ou no Estado, no Distrito Federal ou no Território ainda não constituído em Estado, em que a associação teve sua sede, estabelecimento nas condições indicadas, o patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, à do Distrito Federal, ou à da União. (Redação dada pelo Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 15.1.1919)

Art. 23. Extinguindo-se uma sociedade de fins econômicos, o remanescente do patrimônio social compartilhar-se-á entre os sócios ou seus herdeiros.

Além da sistematização, o autor expôs na obra sua posição sobre o tema. Uma proposição de visualização da pessoa jurídica através de uma ótica ontológica-institucionalista sob um viés do Direito Natural – corrente da qual ele era defensor. Ademais deste, sobre o tema das pessoas jurídicas manifestaram-se outros juristas nacionais, tais quais Pontes de Miranda, quem contribuiu para a matéria com seu posicionamento acerca dos institutos de direito privado, bem como acerca da pessoa jurídica, as quais entendia como “criações do direito; (sendo) o sistema-jurídico que (lhes) atribui direitos, deveres, pretensões, obrigações, ações e exceções”⁷⁷, sob perspectiva da teoria normativista; bem como Orlando Gomes, que foi convidado a redigir anteprojeto de código, o qual posteriormente foi transformado em Projeto – não se efetivando numa codificação –, Caio Mário da Silva Pereira, que teve seu projeto do Código das Obrigações acolhido, e, igualmente Miguel Reale, quem contribuiu na qualidade de supervisor da Comissão Revisora do Código.

2.3 A CODIFICAÇÃO CIVIL DE 2002

Chega-se ao século XXI, no âmbito do direito privado com a substituição do Código de 1916 pelo *novo* Código Civil⁷⁸ (L. 10.406 de 10 de janeiro de 2002). Este, em alguns aspectos acompanha as disposições sobre as pessoas jurídicas erigidas na codificação anterior.

Atualmente, a disciplina da pessoa jurídica encontra-se no título II – *das pessoas jurídicas*, nos artigos 40 a 69. De início se verifica que resta exatamente com a mesma redação a classificação encontrada antes no artigo 13, que agora figura no art. 40 desta lei⁷⁹. A classificação minudenciada, antes objeto dos artigos 14 e 16 do Código de 1916, passa a ser encontrada nos artigos 41, 42 e 44 da nova lei, com significativas mudanças.

Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

⁷⁷ MIRANDA, F. C. P. de. *Tratado de Direito Civil*, v.1, p. 284.

⁷⁸ Duvidoso denominar de *novo* nosso atual Código Civil, visto que vige há mais de 07 anos.

⁷⁹ “Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado”.

I - a União

II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III - os Municípios;

IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

Art. 42. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

Importantes inovações foram trazidas à lume deste código, primeiramente ao retirar o caráter de rol fechado das pessoas jurídicas, conforme se depreende da interpretação textual do art. 41, V. Este dispositivo autoriza outras formas de pessoas jurídicas que não previstas neste código, desde que criadas através de regulamentação legal. Contudo, sob perspectiva crítica doutrinária, ainda que este dispositivo tenha caráter legal inovador, ele apenas “se limita a reproduzir o entendimento consolidado em nossa doutrina”⁸⁰.

Cabe ainda ressaltar a necessidade de lei que regule a existência da pessoa jurídica, visto que realidades coletivas não dotadas de personalidade jurídica (o que obsta sua classificação como pessoas jurídicas) ainda são concebidas no ordenamento nacional.

Acerca do nascimento da pessoa jurídica, a redação atual do dispositivo segue os moldes do antigo art. 18 daquele código, com texto localizado no art. 45 do

⁸⁰ TEPEDINO, Gustavo; et alii. *Código Civil comentado conforme a Constituição da República*, p.112.

Código de 2002⁸¹. Esta manutenção foi muito criticada pela doutrina, vez que é entendimento corrente que “a vontade dos sócios (seria) suficiente para criar a pessoa jurídica, independentemente do registro”⁸². Sobre as condições específicas registraes da pessoa jurídica, igualmente se manteve o teor da codificação anterior, com texto situado no artigo 46 do atual código⁸³.

Uma vez regulamentado o início da pessoa jurídica, o tratamento do processo de dissolução, ou seja, do fim da existência da personalidade jurídica está localizado no art. 51 desta atual codificação⁸⁴, o qual também não demonstrou diversificação em relação ao disposto anteriormente, ou para além do que já se previa na Lei de Registros Públicos (L. 6.015 de 31 de dezembro de 1973).

Estas são disposições que possuem alguma correspondência com o Código de 1916. Entretanto, o legislador também regulamentou assuntos não previstos anteriormente, abordagem legislativa a que se tecem críticas, pois, disposições que tinham ambições inovadoras, se mantiveram com redações desapreciadas, idênticas às criticadas quando era este código atual, ainda mero anteprojeto de lei⁸⁵.

Dentre os assuntos trazidos à lume do Código Civil de 2002 apenas, encontra-se o art. 50, que trata da *teoria da desconsideração da pessoa jurídica*⁸⁶.

⁸¹ “Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro”.

⁸² COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*, v.2, p. 34.

⁸³ “Art. 46. O registro declarará:

I - a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver;

II - o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores;

III - o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

IV - se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo;

V - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;

VI - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso”.

⁸⁴ “Art. 51. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

§ 1º Far-se-á, no registro onde a pessoa jurídica estiver inscrita, a averbação de sua dissolução.

§ 2º As disposições para a liquidação das sociedades aplicam-se, no que couber, às demais pessoas jurídicas de direito privado.

§ 3º Encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica”.

⁸⁵ Assim pode se dizer do art. 41, parágrafo único, o qual era criticado até mesmo por Corrêa de Oliveira, em função da nebulosa redação (TEPEDINO, Gustavo; *et alii*. Op. cit., loc. cit.).

⁸⁶ “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”.

Inovadora disposição porque não prevista anteriormente, mas criticada por não contemplar o posicionamento adotado pela doutrina, assunto sobre o qual discorrerá o próximo capítulo.

Igualmente inovador é o artigo 52 que reconhece a pessoa jurídica como dotada de direitos de personalidade equiparados aos da pessoa jurídica, *no que couber*⁸⁷.

Outra disposição que pode ser considerada evolutiva é a percebida no texto do art. 43, o qual traz melhorias tanto epistemológicas quanto teóricas em relação ao antigo art. 15, acerca da responsabilidade civil do Estado sob a nova ótica da responsabilidade objetiva⁸⁸. Aqui, cabe apontar uma evolução, tanto redacional - que tornou mais clara a responsabilidade do Estado, vez que na redação anterior poder-se-ia entender que a responsabilização dependia de culpa – quanto sobre as teorias de direito público e as noções do Estado e sua responsabilidade.

Ainda, soa objeto das disposições sobre a pessoa jurídica o trato das fundações, a qual se discutirá. E, então, por fim, pode-se dizer que, embora ainda não superadas as discussões acerca das pessoas jurídicas, sua inequívoca e certa existência em nosso ordenamento está assegurada nas disposições constantes do atual Código Civil.

2.4 COMPREENDENDO A PESSOA JURÍDICA NA ATUALIDADE

Após elucidação acerca do surgimento da pessoa jurídica, seu longo processo evolutivo que culminou na aplicação prática do instituto através dos códigos de direito privado, busca-se aqui demonstrar como entender a pessoa jurídica atualmente sob seus diversos aspectos.

Em princípio, para que *nasça* a pessoa jurídica, é necessário que se conjuguem três elementos básicos. Seriam então “os antecedentes lógicos ao surgimento da pessoa”⁸⁹: “a vontade humana criadora, a observância das condições

⁸⁷ “Art. 52. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade”.

⁸⁸ “Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo”.

⁸⁹ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*, p. 187.

*legais de sua formação e a liceidade de seus propósitos*⁹⁰. Uma vez observados estes elementos, surge a pessoa jurídica, a qual é “realmente pessoa e não ficticiamente pessoa. (...) porém, de modo analógico”⁹¹. Uma vez existente, a pessoa pode ser caracterizada pela observância de outros três atributos, sejam eles: 1) capacidade jurídica, tanto *externa corporis* – para fins externos, quanto *interna corporis* (para fins de relacionamento entre a entidade e o próprio membro); 2) autonomia patrimonial; e, 3) limitação da responsabilidade dos membros⁹².

Contudo no sistema jurídico brasileiro, ainda que a pessoa reúna tais caracteres, apenas se reconhece e confirma como pessoas jurídicas *propriamente ditas*, aquelas que se inserem no ordenamento pátrio conforme dispõe os artigos 45 e 46 do Código Civil, classificando-a, em nosso ordenamento, sob a divisão de dois grandes grupos: pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado. Dessa classificação se ocupam os artigos 43 e 44 do Código Civil.

A pessoa jurídica tem o atributo da nacionalidade, assim sendo, ela pode ser pessoa jurídica de direito interno (pessoa nacional) ou pessoa jurídica de direito externo (pessoa estrangeira). Demonstra Jacob Dollinger que a pessoa jurídica adquire a nacionalidade do país onde foi primeiramente reconhecida, e, uma vez reconhecida pelo seu ordenamento, ela pode ser universalmente reconhecida com capacidade determinada segundo a *lex societatis*⁹³.

Logo, após o reconhecimento legal, é a pessoa jurídica *verdadeiro sujeito de direito*, dona de personalidade jurídica. Sobre ser um sujeito de direito, ensina Miguel Reale, que é sujeito “aquele a quem cabe o *deve a cumprir* ou o *poder de exigir*”⁹⁴, conforme disposto pelo artigo 1º do Código Civil de 2002⁹⁵. E, em relação à personificação destas pessoas, Orlando Gomes aduz que

a personalização desses grupos é construção técnica destinada a possibilitar e favorecer-lhes a atividade. O Direito toma-os da sociedade, onde se formam, e os disciplina à imagem e semelhança das pessoas

⁹⁰ PEREIRA, C. M. da S. *Op. cit.*, p. 298.

⁹¹ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 164.

⁹² PANTOJA, Tereza Cristina G. *Anotações sobre as pessoas jurídicas*. In: TEPEDINO, Gustavo (coord.) *A parte geral do novo código civil: estudos na perspectiva civil-constitucional*, p. 89-90.

⁹³ A *lex societatis* versa sobre a capacidade da pessoa jurídica no direito externo, ou seja, em outros países. Logo, a capacidade no plano universal depende e está ligada intrinsecamente à capacidade que é atribuída à pessoa no país de sua nacionalidade (DOLLINGER, Jacob. *Direito Internacional Privado: parte geral*. p. 495-496).

⁹⁴ REALE, M. *Op. cit.*, p. 227.

⁹⁵ “Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”.

naturais, reconhecendo-os como pessoas, cuja existência autônoma submete a requisitos necessários a que possam exercer direitos, dando-lhes regime compatível com sua natureza⁹⁶.

Ainda, cabe ressaltar, que a pessoa tem direitos decorrentes de sua personalidade defesos pela lei, conforme expresso no art. 52 da L. 10.406/2002, sendo eles garantes da boa-fé, reputação, existência própria, do direito à propriedade e usufruto e do direito à aquisição de bens por *causa mortis*⁹⁷.

Sendo a pessoa jurídica ente personificado considerado como sujeito de direitos e deveres na ordem jurídica, ela reúne “capacidades de direito material e formal, nacionalidade, domicílio e patrimônio específico, distinto daquele de seus integrantes”⁹⁸.

No que tange a capacidade de direito, embora haja uma similitude com a capacidade das pessoas naturais, segundo Caio Mário da Silva Pereira “não é exata a aproximação em todos os seus termos”⁹⁹, pois a atuação da pessoa jurídica “é restrita em razão de (...) ser reconhecida na medida dos fins perseguidos pela entidade”¹⁰⁰, ou seja, é uma capacidade *especial*, com atuação “delimitada no contrato social, nos estatutos ou na própria lei”¹⁰¹. Esta capacidade especial é a corporalidade do princípio da especialização¹⁰², o qual deve ser aplicado de forma mitigada, vez que “a pessoa jurídica tem o gozo dos direitos civis que lhe são necessários à realização dos fins justificativos de sua existência”¹⁰³.

Altamente conexa à sua capacidade, está sua responsabilização pelos atos praticados, tanto na esfera cível quanto criminal. A noção atual que permeia a pessoa jurídica é a de que, por ser pessoa de direito como uma pessoa natural, pode ser responsabilizada por seus atos, nos limites de sua capacidade. Assim, seus atos são considerados como realizados por ela e não por seus membros, que compõem a sua existência.

⁹⁶ GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*, p. 185.

⁹⁷ GONÇALVES, C. R. *Op. cit.*, p. 189.

⁹⁸ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. *A desconsideração da personalidade jurídica e o direito do consumidor: um estudo de direito civil-constitucional*. In: TEPEDINO, G. (coord.). *Problemas de Direito Civil-Constitucional*, p. 252.

⁹⁹ PEREIRA, C. M. da S. *Op. cit.*, p. 311.

¹⁰⁰ PEREIRA, C. M. da S. *Idem*, *ibidem*.

¹⁰¹ GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. *Op. cit.*, p. 199.

¹⁰² A pessoa jurídica deve ter sua capacidade *limitada* à órbita de sua atividade própria, ficando-lhe interdito atuar fora de seus campos específicos (PEREIRA, C. M. da S. *Idem*, *ibidem*).

¹⁰³ ROSSEL, Virgil; MENTHA, F. H. *Manuel de Droit Civil Suisse*. apud PEREIRA, C. M. da S. *Idem*, *ibidem*.

Em relação ao exercício de direitos se afasta a pessoa jurídica da pessoa natural, vez que ela “não sendo esta dotada de uma individualidade físico-psíquica, tem sempre de se servir de órgãos de comunicação para os contatos jurídicos”¹⁰⁴. Assim sendo, a expressão das vontades da pessoa jurídica seria condicionada ao “exercício dos direitos aos seus órgãos de deliberação e representação”¹⁰⁵.

Acerca da realização de atos judiciais e extrajudiciais, a pessoa jurídica é representada ativa e passivamente, vez que para a realização de seus atos necessita da presença física de seus membros ou representante para que seja manifestada externamente sua vontade. Tradição que remonta à praticidade encontrada no direito romano e que se perpetuou na matéria.

Conduziu-se, portanto, para entender a pessoa jurídica na atualidade, análise acerca de seu caminho histórico e evolutivo-teórico. Rebuscou-se na antiguidade, desconhecida cronologicamente, a tendência do homem a se associar com intuito de que seus feitos perdurem mesmo após sua existência finita. Tendência esta intrínseca à sua natureza.

Assim, a partir desse desencadeamento demonstrou-se, agora conhecidamente, a figura da pessoa jurídica aplicada de forma prática no direito romano. Após séculos de evolução teórica, chega-se ao conceito de pessoa jurídica comparada à pessoa natural. E, embora compartilhe com ela alguns atributos, da pessoa natural se distancia quando buscamos aspectos práticos, por ter a pessoa jurídica uma natureza intuitiva, equiparada à uma existência real.

Logo, apesar de sua natureza intuitiva, não há dúvidas de que ela existe e age dentro do ordenamento jurídico. Entretanto, salienta-se que a pessoa jurídica, ainda que contemplada, tanto pela doutrina quanto pela legislação, não é conceito absoluto. Se assim o fosse, temerário seria, pois as associações humanas podem ser realizadas “nem sempre para o bem, é verdade, uma vez que os núcleos intersubjetivos que forma, por vezes, buscam realizar fins ilícitos”¹⁰⁶.

A seguir se perfará estudo acerca das situações onde o conceito de pessoa jurídica, antigo e valioso instituto, é mitigado em razão da má utilização. Logo, no

¹⁰⁴ PEREIRA, C. M. da S. Idem, p.312.

¹⁰⁵ MICHOD, Léon. *La Théorie de la Personnalité Morale*. apud PEREIRA, C. M. da S. Idem, p.313.

¹⁰⁶ GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. *Op. cit.*, p. 181.

capítulo seguinte, em relação às situações anômalas do uso da pessoa, se tratará da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

3 A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE EM VIÉS HISTÓRICO

Anteriormente, se traçou estudo buscando demonstrar como se assentou a pessoa jurídica no direito. Evidenciado que ela existe, age e tem assegurado espaço no ordenamento jurídico, exsurge a problemática da sua utilização, posto que, pode ela, no desenrolar das atividades, incorrer em atos contrários a seus propósitos. Incide-se em ilicitude, ou desvia-se dos fins, sob a perspectiva de que a pessoa jurídica é pessoa *de caráter absoluto*, estaria se destinando a este ser proteção para agir com fins escusos, imorais e ilegais.

Inegável que assim foi, durante muitos séculos. A pessoa jurídica, por vezes então, era constituída para que, aqueles que por detrás dela permaneciam, cometessem faltas e estivessem serenos em razão da irresponsabilidade, ora dela, ora deles¹⁰⁷. Logo, era necessário, para que se encerrasse ambiente tamanhamente temerário, que ao ser a pessoa jurídica utilizada de modo irregular, se tomasse alguma atitude. É assim, numa similitude a este raciocínio, que debuta no meio jurídico o que se veio denominar *desconsideração da personalidade jurídica*.

Esclarece-se que esta teoria é verdadeiramente inovadora, pois tratava do problema da pessoa jurídica diversamente do usual, vez que “antes da elaboração, sistematização e difusão da teoria, a repressão às irregularidades e abusos de forma significava, via de regra, a dissolução da pessoa jurídica”¹⁰⁸.

Sua aparição está na manifestação conduzida pela construção jurisprudencial norte-americana e inglesa. A primeira utilização fática reside em decisão da Suprema Corte Norte Americana, no ano de 1809. Ali, em análise ao caso “Bank of United States vs. Devenaux”, um juiz prolata, pela primeira vez, sentença em desfavor da “*personalidade*” de uma instituição bancária, não a considerando como cidadã¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Já se estudou neste trabalho a responsabilidade das ações da pessoa jurídica, na análise histórica (vide p. 08, 10, 12, 15, 17). Ainda, cabe apontar que para Rubens Requião ao se partir “das premissas rigidamente estabelecidas pela teoria da personalidade, de que a pessoa dos sócios é distinta da pessoa da sociedade, e de que os patrimônios são inconfundíveis (...) não se poderia compreender dentro dos ditames da lógica, pudessem fatos da sociedade envolver a pessoa física do sócio, ou, ao revés, vicissitudes dos sócios comprometer a vida social” (REQUIÃO, R. *Op. cit.*, p. 390).

¹⁰⁸ COELHO, F. U. *Op. cit.*, p. 44.

¹⁰⁹ CASILLO, João. *Desconsideração da Pessoa Jurídica*, p. 13.

Outro paradigma da desconsideração é o caso “Solomon & Solomon Co.”, levado à Corte Inglesa no ano de 1897, onde se desconsiderou a personalidade jurídica da pessoa jurídica da sociedade, ao menos em duas instâncias. A partir daí, passa a se indagar a supremacia da pessoa jurídica, para que não mais sejam cometidas injustiças em razão do seu caráter, até então, inoponível.

Em decorrência dessas interrogações surgidas através do que se concebia no direito até o julgamento destes casos (que vieram mudar a concepção sobre a pessoa jurídica), são realizados estudos sobre a desconsideração, a fim de se entender e pôr em prática, no ordenamento de cada país, o que se viu operar no direito americano ou inglês. A seguir serão analisados estudos erigidos, que levaram cada país, à efetivação de uma teoria da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Inicia-se, portanto, a observação, nas fontes internacionais, daqueles ordenamentos que de forma profícua, realizaram uma *teoria da desconsideração*.

3.1 A DESCONSIDERAÇÃO NO DIREITO COMPARADO

Uma vez que notoriamente foram ocorridos os primeiros casos constatados da desconsideração no direito comparado, lógico se faz verificá-los inicialmente. Em última análise, de grande importância a observação da desconsideração em outros ordenamentos, pois conduz à lógica da construção teórica, e prática igualmente, adotada no direito pátrio.

3.1.1 *Direito Norte-americano*

Afirmou-se anteriormente que é no direito norte-americano onde se inicia a desconsideração da personalidade jurídica. Assim ocorreu no ano de 1809, com julgado da Suprema Corte, em sentença proferida pelo juiz Marshall, onde se desconsidera a “cidadania” da pessoa jurídica do Bank of United States, para fixação

de competência¹¹⁰. Ainda que se tratasse de desconconsideração de personalidade jurídica, tal decisão foi criticada em sede doutrinária, pois na verdade procedeu à mera aplicação da teoria da ficção de Savigny.

O real desenvolvimento do “*disregard of legal entity*”, ainda que não muito delineado, se deu posteriormente, também em sede jurisprudencial. A razão reside no fato de que no sistema da *common law* o assentamento da matéria está no precedente, ou seja, primordialmente na aplicação do direito através de decisões proferidas aos casos concretos.

Assim, a aplicação inicial da desconconsideração da personalidade jurídica, conforme descreve Corrêa de Oliveira, era realizada nas situações onde se verificava *fraude à lei, fraude à obrigações contratuais, fraude contra credores* e nos casos de *vinculação entre duas sociedades* (sociedades coligadas ou dependentes)¹¹¹.

Portanto, a aplicação da desconconsideração da personalidade jurídica seria observada nos casos onde “os tribunais recusam a teoria da pessoa jurídica quando esta serve somente para deturpar e encobrir a verdade”¹¹². Ainda, seria desconconsiderada a personalidade “quando a forma da companhia é usada por indivíduos com objetivo de evitar a lei, ou para a perpetração da fraude, (pois) os tribunais não podem permitir que a pessoa jurídica seja meio para frustrar a justiça”¹¹³.

Conforme se examinou, de início as decisões aplicando a desconconsideração foram prolatadas de maneira acertada nesse país. Alegou-se que a desconconsideração era instrumento que aplicava o direito “no interesse coletivo, fruto do desenvolvimento das relações jurídicas”¹¹⁴. Entretanto, a categoria passou a ser utilizada de forma caótica, vez que buscava fora do conceito da personalidade jurídica fundamentos para sua aplicação. Logo, não foram, nem são, poucas as críticas em relação ao uso da *disregard*, principalmente dentro da própria doutrina americana.

¹¹⁰ CASILLO, J. Idem, p. 13-14.

¹¹¹ OLIVEIRA, J. L. C. de. *A Dupla Crise da Pessoa Jurídica*, p.273-276.

¹¹² SILVA, Alexandre Couto. *Aplicação da desconconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro*, p. 55.

¹¹³ WORMSER, J. Maurice. *Piercing The Veil of Corporate Entity*. apud SILVA, A. C. Idem, p. 54.

¹¹⁴ CASILLO, J. *Op. cit.*, p. 18.

3.1.2 Direito Inglês

No ano de 1897, a construção jurisprudencial efetiva a desconsideração no direito anglo-saxão, com o caso concreto “*Solomon & Solomon & Co*”. Neste, em primeira instância e em sede de apelação, se decidiu desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade e responsabilizar a pessoa física por detrás dela¹¹⁵. Embora as duas primeiras instâncias tenham sido favoráveis à desconsideração, perante o *House of Lords*¹¹⁶ a decisão não foi mantida. Entretanto, já se havia manifestado a inclinação, por parte dos Tribunais, pela aplicação da teoria da desconsideração.

Ainda que neste primeiro caso a Corte Inglesa não tenha decidido pela desconsideração da personalidade, “o direito inglês foi o primeiro a ostentar norma jurídica cujo comando corresponde ao postulado pela teoria da desconsideração”¹¹⁷. É o caso do *Companies Act*¹¹⁸, postulado em 1929, que teve como base o caso “*Solomon & Solomon & Co.*”, versando sobre a temática de maneira reversa ao que se decidiu ao final deste caso.

Para Ben A. Wortley, a inclinação inglesa em relação à aplicação da teoria da desconsideração tanto na jurisprudência como na legislação, seria a de levar em consideração a realidade econômica, não admitindo que sua preocupação fosse impedida pela personalidade¹¹⁹.

Contudo, a despeito da empolgação de Wortley, e a regulamentação da desconsideração pelo ato, Piero Verrucoli afirma que o problema da

¹¹⁵ CASILLO, J. Idem, p.20.

¹¹⁶ “A Câmara dos Lordes (em inglês: *House of Lords*) é a câmara alta do parlamento do Reino Unido. (...) Além de executar funções legislativas, a Câmara dos Lordes mantém alguns poderes judiciais: ela é a mais alta corte de apelação para a maioria dos processos no Reino Unido” (WIKIPÉDIA, a enciclopédia online. *Câmara dos Lordes*. [online] Disponível na Internet via <http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2mara_dos_Lordes>. Acesso em: 11 out. 2009).

¹¹⁷ COELHO, F. U. *Op. cit.*, p. 51.

¹¹⁸ “O *Companies Act*, de 1929, estabelecia na seção 729: ‘se no curso da liquidação da sociedade constata-se que um seu negócio foi concluído com o objetivo de perpetrar fraude contra credores, dela ou de terceiros, ou mesmo fraude de outra natureza, a Corte a pedido do liquidante, credor ou interessado, pode declarar, se considerar cabível, que toda pessoa que participou, de forma consciente, da referida operação fraudulenta será direta e ilimitadamente responsável pela obrigação, ou mesmo pela totalidade do passivo da sociedade’” (COELHO, F. U. Idem, ibidem).

¹¹⁹ ‘*en jurisprudence comme en législation, est de prendre en considération la réalité économique, (...) n’admet pas que sa préoccupation (...) doive être arrêtée par le vêtement de personnalité*’ (WORTLEY, Ben. *De la tendance qui existe, selon droit anglais, à reconnaître la réalité constituée par des individus qui constituent des groupements juridiques*. apud CASILLO, J. *Op. cit.*, p. 21-22 – grifos do autor).

desconsideração “suscitou na Inglaterra ‘pouca atenção e escassas discussões teóricas’”¹²⁰. Na ótica de Corrêa de Oliveira “a relativa pobreza de exemplos da jurisprudência britânica que quebrem em casos especiais a incidência do princípio da separação (...) teria explicação na autoridade do precedente constituído pela decisão do célebre caso ‘*Solomon v. Solomon & Co. Ltd.*’”¹²¹. Para o autor, até mesmo a criação do *Companies Act* foi uma tentativa de amenizar o impacto do precedente, porém, sem muito sucesso, vez que pouco aplicado.

3.1.3 Direito Alemão

Em meados de 1950, o jurista alemão Rolf Serick dá início ao estudo da desconsideração através de sistematização dos casos concretos de seu país (com supedâneo nas decisões dos tribunais norte-americanos) e organiza uma teoria sobre a desconsideração: a *durchgriff* - penetração da personalidade jurídica¹²². O autor adota, ao criar a teoria, “um conceito unitário de desconsideração, ligado a uma visão unitária da pessoa jurídica”¹²³.

Seu posicionamento é criticado por Francesco Galgano, o qual afirma que o “raciocínio regra/exceção, sem uma conveniente crítica do conceito de pessoa jurídica, levaria a admitir a desconsideração com base em princípios vagos e de difícil determinação como os de equidade e justiça”¹²⁴. E este não foi o único doutrinador a tecer críticas em relação à teoria de Serick. Pouco a pouco a doutrina daquele país analisa os casos de desconsideração da pessoa, surgindo novos esboços teóricos sobre o assunto.

Outro assento doutrinário alemão é o desenvolvido por Ulrich Drobnig, que trata da matéria da desconsideração sob o viés da responsabilidade. Inicialmente ele expõe que a *durchgriff* se limita a campos isolados, determinados “pelo Direito

¹²⁰ VERRUCOLI, Piero. *Il Superamento della Personalità Giuridica delle Società di Capitali nella “common law” e nella “civil law”*. apud OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p.456.

¹²¹ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p.480.

¹²² TEPEDINO, Gustavo, *et alii*. *Op.cit.*, p. 129.

¹²³ SALOMÃO FILHO, Calixto. *O Novo Direito Societário*, p. 175.

¹²⁴ SALOMÃO FILHO, C. *Idem*, p. 176.

Positivo legislado ou judicialmente na interpretação de uma lei ou contrato”¹²⁵. Assim, define modalidade de desconsideração da personalidade jurídica baseada na responsabilidade. Tal é a *haftungsdurchgriff*, que seria dividida em quatro categorias: penetração direta¹²⁶, penetração invertida¹²⁷, penetração limitada direta¹²⁸ e a penetração especial¹²⁹. A teoria de Drobniig recebeu crítica da doutrina alemã, a qual classificou a teoria como subjetivista, insuficiente e estreita na organização de seus critérios.

Outro importante posicionamento é o de Wolfram Müller-Freinfels. Em sua concepção “Serick erra ao ver na personificação jurídica, e conseqüentemente no seu contrário, a desconsideração, um fenômeno unitário”¹³⁰. Ele defende a desconsideração baseada na separação patrimonial, dependente da análise situação concreta, e, ainda, não apenas como “uma reação a comportamentos fraudulentos, mas também uma técnica legislativa ou uma técnica de aplicação de normas”¹³¹.

Logo, sob o prisma do autor, a aplicação da desconsideração deveria ser realizada levando em consideração “a função da norma e a *opção quanto a interesses (interessenentscheidung)* feita pelo legislador, tudo isso sob o ângulo da hierarquia de valores da respectiva ordem jurídica”¹³². Insta consignar que atualmente a desconsideração no direito alemão adota majoritariamente o pensamento de Müller-Freinfels, posto que o autor defende a desconsideração como exceção, ao demonstrar obediência a regra que suscita a independência entre pessoa jurídica e a pessoa de seus membros.

¹²⁵ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p.332.

¹²⁶ A penetração direta seria cabível quando se encontrassem conjugados os pressupostos de *unidade de posse de quotas e identidade de membros da administração; desrespeito às formalidades societárias; mistura de negócios e valores patrimoniais sociais com os do sócio; insuficiente dotação de capital e esvaziamento de capital e extinção ou paralisação das atividades*, e importaria na responsabilidade pessoal ilimitada do sócio (OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p. 334-338).

¹²⁷ Esta seria modalidade na qual os credores do sócio buscariam a solvência da dívida deste com bens da sociedade (OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p. 341).

¹²⁸ Aqui ocorreria aplicação semelhante à da penetração direta. Entretanto, a diferenciação entre as duas residiria no fato de que na penetração limitada a responsabilidade do sócio é realizada *ilimitadamente* (OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p. 343).

¹²⁹ Seria a penetração especial a que decorre de expressa previsão legal de lei especial (OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p. 350).

¹³⁰ SALOMÃO FILHO, C. *Op. cit.*, p. 182.

¹³¹ SALOMÃO FILHO, C. *Idem*, *ibidem*.

¹³² OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 367.

3.1.4 Direito Francês

No direito francês, o tema da desconsideração da personalidade foi inicialmente abordado por Pierre Coulombel, que, sem ter conhecimento da teoria da *durchgriff* demonstrada por Rolf Serick, realizou estudos acerca da problemática da fraude à lei e da simulação, no direito francês. Para tanto, ele agregou apontamentos jurisprudenciais, concernente à responsabilização, contrapondo os que respeitavam o princípio *universitas distat a singuli* e quais não.

Posterior contribuição foi dada por Jean Foyer. Seu ponto de partida são as decisões proferidas pelos tribunais, igualmente. O autor após analisar a linha de raciocínio das decisões, considera-as insuficientes, pois não contemplam a temática como um todo. Assim, ele propõe que a desconsideração tenha lugar não apenas em razão da relação dos sócios com a sociedade, mas em razão da relação dos sócios entre si, igualmente¹³³.

Sua teoria desenvolve um *raciocínio contábil* da desconsideração, que deveria ser aplicada através do levantamento do ativo e passivo da sociedade, verificando a proporcionalidade participativa de cada associado. Casillo critica esta teoria, pois Foyer não leva em consideração outros aspectos além dos patrimoniais na relação entre o sócio e a entidade, não chegando, em momento algum, a refletir sobre sua utilização, e o fim a que ela se destina.

3.1.5 Direito Italiano

Posto que neste direito sempre houve especial interesse pelo tema da pessoa jurídica, não diferente foi em relação ao tema da desconsideração. Dos estudos acerca do tema, observam-se três de maior destaque. O primeiro, de autoria de Tulio Ascarelli, visa elucidar a teoria da desconsideração aplicada na observância da experiência americana da desconsideração, e na noção francesa sobre o abuso

¹³³ "dans les rapports des associés avec la société et dans les rapports des associés entre eux" (FOYER, Jean. *Sens et Portée de la Personnalité Morale et ses Limites*. apud CASILLO, J. *Op. cit.*, p.31).

da noção da personalidade. Para o autor, a desconsideração seria pertinente quando seu uso fosse no intuito de *fraudar lei* ou *contrato*. Ascarelli, na elaboração, salienta o papel do juiz na desconsideração, pois seria o magistrado aquele que examinaria “o ato concretamente realizado, para evitar uma utilização fraudulenta da sociedade em dano de acionistas ou terceiros ou para formações monopolísticas”¹³⁴.

Neste mesmo sentido, Nicola Distaso busca demonstrar “como a noção de fraude à lei é a mais importante baliza na matéria”¹³⁵. No encalço de Ascarelli, ele igualmente propõe que, quando verificado o abuso, ou a fraude à lei, deveria o magistrado “ter sua mente dirigida a uma ‘penetrante valoração dos interesses envolvidos no caso concreto’”¹³⁶, julgando os casos de abuso e fraude sob a luz dos princípios da boa-fé e do dever de correção.

Entretanto, apesar da importância dos trabalhos de Ascarelli e Distaso, “é sem dúvida o trabalho de Piero Verrucoli o mais completo dos escritos em língua italiana sobre o assunto”¹³⁷. A partir de estudo, principalmente do caso “*Solomon vs. Solomon & Co.*”, Verrucoli num estudo comparativo entre a ‘common law’ e a ‘civil law’ propõe cinco principais hipóteses de desconsideração da personalidade.

Logo, seriam elas em função de: 1) *direta relação com o interesse próprio do Estado*; 2) *repressão de fraude à lei*; 3) *relação de interesse de terceiro*; 4) *prejuízo de terceiros por causas anteriores*; e 5) *relação à interesse de sócio “uti singuli”*. Assim, quando observadas tais caracteres, dever-se-ia, na concepção de Verrucoli, superar-se a pessoa jurídica, para que se restabelecesse o equilíbrio deturpado a partir da situação fraudulenta.

3.2 ANÁLISE TEÓRICA DA DESCONSIDERAÇÃO NO BRASIL

Semelhante ao ocorrido nos países de ordenamento originado na experiência romano-germânica, aqui se constatou uma construção da desconsideração mais ampla na teoria do que prática. No exterior, o trabalho teórico

¹³⁴ ASCARELLI, Tulio. *O Negócio Indireto*. apud OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p.480.

¹³⁵ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p.482.

¹³⁶ DISTASO, Nicola. *Superamento della Personalità Giuridica nei Casi di Abuso della Stessa e Ordinamento Giuridico Italiano*. apud OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, *ibidem*.

¹³⁷ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p.485.

inicial acerca de desconsideração é atribuído à Serick. No Brasil, o primeiro estudo exposto na doutrina sobre o tema foi de Rubens Requião.

Após este trabalho, são diversos os autores a manifestarem suas concepções acerca do tema, e orientações acerca de sua aplicação. Abaixo, seguem algumas considerações que culminaram no entendimento da matéria nos dias de hoje.

3.2.1 O Ensaio de Rubens Requião

Com Requião se origina no direito pátrio doutrina que busca “*levantar o véu da pessoa jurídica*” e responsabilizar aquele(s) que por detrás da personalidade jurídica fizer(am) da pessoa jurídica “uma simples fachada para ocultar uma situação danosa”¹³⁸.

Sob tais premissas, Requião através de seu ensaio “*Abuso de Direito e Fraude Através da Personalidade Jurídica*”, inicialmente aponta para o fato da “personalidade jurídica poder vir a ser usada como anteparo de fraude, sobretudo para contornar as proibições estatutárias”¹³⁹. Em sequência, e a partir daí, ele introduz no direito nacional o entendimento sistematizada por Rolf Serick, afirmando que a *durchgriff* “não visa anular a personalidade jurídica, mas somente objetiva desconsiderar no caso concreto, dentro de seus limites, a pessoa jurídica, em relação às pessoas ou bens que atrás dela se escondem”¹⁴⁰.

Após discorrer sobre os pressupostos da aplicação da desconsideração, quais sejam: o *abuso de direito* e a *fraude*, o autor traz à tona questionamento aos magistrados, a quem incumbe a análise da concretude da desconsideração. Assim, ele demanda se no exercício de sua função deveria o juiz “fechar os olhos ante o fato de que a pessoa jurídica é utilizada para fins contrários ao direito, ou se (...) deve prescindir da posição formal da personalidade jurídica e equiparar sócio e sociedade para evitar manobras fraudulentas”¹⁴¹. Ainda, apela ao *atributo indagador*

¹³⁸ OLIVEIRA, J. L. C. de. Idem, ibidem.

¹³⁹ REQUIÃO, R. *Abuso de Direito e Fraude Através da Personalidade Jurídica*, p.12.

¹⁴⁰ REQUIÃO, R. Idem, p.14.

¹⁴¹ REQUIÃO, R. Idem, ibidem.

do juiz, defendendo que através desta vicissitude, e diante de caso concreto que envolva ou abuso ou fraude, despreze a “personalidade jurídica, para, penetrando em seu âmago, alcançar as pessoas e bens que dentro dela se escondem para fins ilícitos ou abusivos”¹⁴².

Logo, é neste sentido que o excerto de Requião inicia a discussão sobre a desconsideração. Amplo debate exsurge do trabalho. Primeiramente, o ensaio é ovacionado por tratar do tema ainda desconhecido por nosso direito. Contudo, semelhantemente ao trabalho de Serick, em período posterior é criticado, por utilizar-se do unitarismo.

3.2.2 A Contribuição de J. Lamartine Corrêa de Oliveira

Também neste período, é apresentada a exposição Corrêa de Oliveira. Anos após sua organização sobre as pessoas jurídicas, o autor compõe nova obra, “*A Dupla Crise da Pessoa Jurídica*”. Aqui, ele mais uma vez expõe teorias e as contrapõe. Contudo, agora versando sobre o uso prático da pessoa jurídica, ao fim da obra, conclui pensamento que buscava demonstrar: *a crise da pessoa jurídica, tanto em relação ao reconhecimento quanto em relação à função*.

Na sua perspectiva, a crise inerente à função da pessoa jurídica de direito privado, que se combate pela desconsideração

é comum a todo e qualquer sistema jurídico em que vigore o princípio básico da separação entre pessoa jurídica e pessoa-membro. Pois em todos esses países pode surgir (como de fato tem surgido) o fenômeno da utilização da pessoa jurídica (e de sua subjetividade autônoma, separada) no contexto da busca de finalidades distintas daquelas que inspiram o conjunto no sistema jurídico¹⁴³.

Assim, mencionado autor alude que os casos objeto da crise de função devem ser tratados pelos Tribunais (tanto os pátrios quanto os alienígenas) através de “uma espécie de suspensão de vigência – para o caso concreto em julgamento –

¹⁴² REQUIÃO, R. Idem, ibidem.

¹⁴³ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 262.

do princípio da separação entre pessoa jurídica e pessoa-membro¹⁴⁴, ou seja, assim que constatada a funcionalidade imperfeita, dever-se-ia aplicar a *desconsideração da personalidade jurídica*, com base em elementos éticos¹⁴⁵. A contribuição desta obra foi igualmente importante para a construção do entendimento atual do tema. Contudo, e aqui no esteio de Requião, Corrêa de Oliveira em sua conclusão não consegue se afastar do unitarismo, o que o levou a ser igualmente criticado posteriormente.

3.2.3 O Posicionamento de Fábio Konder Comparato

Fábio Konder Comparato, em seu trabalho intitulado “*O Poder de Controle na Sociedade Anônima*” trata do tema da desconsideração sob influência dos ensinamentos de Kelsen e Ascarelli. Em seu raciocínio teórico, primeiramente trata da personificação, para se que se chegue à compreensão da desconsideração. Assim, seria “a personalização uma técnica jurídica utilizada para se atingirem determinados objetivos práticos (...) não recobrando toda a esfera da subjetividade em direito”¹⁴⁶.

Perpassada sua noção sobre a personificação, acerca da desconsideração, deveria esta ser sempre realizada em função do poder de controle societário, “elemento fundamental, que acaba predominando sobre a consideração da personalidade jurídica, como ente distinto de seus componentes”¹⁴⁷. Logo, sua aplicação seria cabível nos casos onde se verifica desrespeito a *pressupostos formais*¹⁴⁸ e a *pressupostos substanciais*¹⁴⁹, pois nestes casos estaria em estado de ineficácia a separação entre os patrimônios da pessoa jurídica e dos sócios.

Esta concepção sobre a desconsideração veio a formar corrente denominada *objetiva*, a qual se baseia na insuficiência patrimonial para autorizar o

¹⁴⁴ OLIVEIRA, J. L. C. de. Idem, p. 262-263.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, J. L. C. de. Idem, p. 608.

¹⁴⁶ COMPARATO, Fábio Konder. *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*, p. 277-278.

¹⁴⁷ COMPARATO, F. K. Idem, p. 294-297.

¹⁴⁸ Seriam pressupostos formais aqueles regularmente estabelecidos em lei (COMPARATO, F. K. Idem, *ibidem*).

¹⁴⁹ Os pressupostos substanciais seriam verificados na semelhança entre o interesse ou atividade individual dos sócios e os objetivos da pessoa jurídica (COMPARATO, F. K. Idem, p. 277-278).

afastamento da personalidade¹⁵⁰. O entendimento do autor sobre o tema diverge do posicionamento dos demais doutrinadores brasileiros, os quais formam a corrente *subjetiva* (que requer a verificação do abuso ou fraude à personalidade – elementos subjetivos) da desconsideração.

Ainda que criticada a aceção de Comparato, suas noções acerca de desconsideração foram utilizadas para a composição do art. 50 do Código Civil de 2002.

3.2.4 A Exposição de João Casillo

Igualmente sobre a desconsideração se manifesta João Casillo. Na obra “*Desconsideração da Pessoa Jurídica*”, Casillo expõe as principais correntes doutrinárias estrangeiras que *desconsideram* a personalidade jurídica, e ainda, explica o tema, demonstrando sua verificação em nosso país.

Em sua concepção, a desconsideração é cabível sobretudo nos casos onde a pessoa jurídica “foi desviada da rota traçada pela lei e pelo contrato”¹⁵⁰, bem como nas situações onde é “utilizada em seu todo para mascarar uma situação” e “serve como véu, para encobrir uma realidade”¹⁵¹.

Logo após sua aceção sobre como deveria ser aplicada a desconsideração, ele propõe que seja realizada diferenciação entre a desconsideração e a responsabilização dos membros e representantes das pessoas jurídicas, vez que as categorias são diversas.

3.2.5 A sistematização de Marçal Justen Filho

Ainda, tem-se apontamentos de Marçal Justen Filho, na obra “*Desconsideração da Personalidade Societária no Direito Brasileiro*”. No trabalho, ele apresenta a pessoa jurídica como instituto em crise, em razão de sua

¹⁵⁰ CASILLO, J. *Op. cit.*, p. 38.

¹⁵¹ CASILLO, J. *Idem*, *ibidem*.

visualização através de *conceitos defasados e inadequados*, herdados do embate teórico dos séculos passados¹⁵². A partir da observância de quatro fatores, a *hipostasia da pessoa jurídica*¹⁵³, o *antropomorfismo da pessoa jurídica*¹⁵⁴, a *imutabilidade da pessoa jurídica*¹⁵⁵ e o entendimento de *unicidade das pessoas jurídicas*¹⁵⁶, é que seria verificada tal crise. Também perceptível seria a desconsideração ao se constatar a existência deturpada da pessoa jurídica encerrada em si como conceito, não importando em instrumento útil à sociedade¹⁵⁷.

Destes fundamentos ele inicia sua teoria da desconsideração, buscando uma construção teórica, posto que tal categoria não teve sua construção calcada em embates teóricos, mas na prática, conforme o caso concreto se dava. Primeiramente, ele se remete à acepção vocabular da desconsideração¹⁵⁸. Após, elucida-a como produto da conjugação de quatro elementos: 1) *existência de uma ou mais sociedades personificadas*; 2) *ignorância dos efeitos da personificação*; 3) *manutenção da validade de atos jurídicos*; 4) *a tentativa de evitar o perecimento de um interesse*.

Apostos estes requisitos, a desconsideração operaria num regime de “intensidades”, donde se depreende classificação com nove modalidades de desconsideração¹⁵⁹. A mais intensa “consistiria na total ignorância da existência da pessoa jurídica, considerando-se os atos e as relações jurídicas como imputados diretamente à pessoa dos sócios”¹⁶⁰. A de intensidade média seria visualizada nas

¹⁵² Para o autor, as teorias formuladas sobre as pessoas “conectavam-se com outro mundo de valores, concepções e significações. As palavras se mantiveram as mesmas, dentro de certos limites, mas o sentido delas alterou-se, como também se alterou o sentido da discussão” (JUSTEN FILHO, Marçal. *A Desconsideração da Personalidade Societária no Direito Brasileiro*, p. 30).

¹⁵³ A hipostasia da pessoa jurídica pode ser entendida como a busca incessante para atribuir existência à pessoa como instituição, objeto cognoscível (JUSTEN FILHO, M. Idem, p. 30-31).

¹⁵⁴ Antropomorfismo da pessoa é expressão que traduz a tentativa de identificação da pessoa jurídica com a pessoa física, problemática decorrente da personificação de entidades que não transcendem à existência do homem (JUSTEN FILHO, M. Idem, p. 31).

¹⁵⁵ Da imutabilidade diz-se o entendimento que a pessoa jurídica não muda, nem mudou, sendo sempre a mesma dentro do espaço e do tempo (JUSTEN FILHO, Marçal. Idem, p. 34).

¹⁵⁶ Unicidade no sentido de que seu conceito é uno, não importando as modalidades que se apresentam de pessoa jurídica. (JUSTEN FILHO, M. Idem, p. 35).

¹⁵⁷ JUSTEN FILHO, M. Idem, p. 44.

¹⁵⁸ Acepção vocabular da desconsideração: trata a sociedade e o sócio como se fossem uma mesma e única pessoa. Atribuem-se ao sócio ou à sociedade condutas (ou efeitos jurídicos de conduta) que, não fosse a desconsideração, seriam atribuídos (respectivamente) à sociedade ou ao sócio (JUSTEN FILHO, M. Idem, p. 55).

¹⁵⁹ São nove as intensidades de desconsideração: total (genérica, seriada e unitária), média (genérica, seriada e unitária) e mínima (genérica, seriada e unitária). Tal é classificação decrescente na gravidade da desconsideração (JUSTEN FILHO, M. Idem, p. 64).

¹⁶⁰ JUSTEN FILHO, M. Idem, p. 61.

hipóteses onde houvesse “identificação entre sócio e sociedade. Vale dizer não se ignora a existência da sociedade, mas se toma como se houvesse uma única e só pessoa – ou mais precisamente, duas pessoas com posição jurídica idêntica”¹⁶¹. E a de intensidade mínima “residiria na ignorância de um ângulo do regime jurídico personificatório”¹⁶².

Assim, conclui Justen Filho, que a desconsideração, *defeito de funcionalidade da pessoa jurídica*, deveria ser aplicada ao caso concreto pelo magistrado sob um enfoque funcionalista do fenômeno jurídico, na busca da observância de seus elementos.

3.3 CONCEPÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO NA ATUALIDADE

Nos dias atuais, os doutrinadores, calcados nas exposições destes autores acima mencionados, discorrem em seus trabalhos sob qual forma deveria se dar a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica.

Sob o viés de Calixto Salomão Filho, “o problema da desconsideração é algo muito mais amplo que o *método* e surge sempre que se trata de imputar certa norma, dever ou obrigação a pessoa diversa de seu destinatário normal”¹⁶³. Alexandre Alberto Teodoro da Silva explica que em sua visão, os *critérios que devem informar a desconsideração da personalidade jurídica* seriam: o desvio de finalidade e a confusão patrimonial¹⁶⁴, conforme dispõe o Código Civil de 2002, seguindo a linha teórica de Comparato.

Diverso é o assento doutrinário de Fábio Ulhoa Coelho, para ele, a má utilização das pessoas jurídicas se daria em função do princípio da autonomia patrimonial, o que poderia culminar no seu uso “como instrumento para a realização de fraudes contra credores ou mesmo abuso de direito”¹⁶⁵. Logo, para este autor, cabível seria a desconsideração a partir do uso fraudulento e do abuso.

¹⁶¹ JUSTEN FILHO, M. *Idem*, *ibidem*.

¹⁶² JUSTEN FILHO, M. *Idem*, *ibidem*.

¹⁶³ SALOMÃO FILHO, C. *Op. cit.*, p. 199.

¹⁶⁴ SILVA, Alexandre Alberto Teodoro da. *A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Tributário*, p. 131.

¹⁶⁵ COELHO, F. U. *Op. cit.*, p. 34.

Na concepção de Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, a desconsideração teria como ponto de partida a

análise dos aspectos negativos da pessoa jurídica, (e) ao contrário do que se imagina, não tem intenção nihilista ou aniquiladora do instituto; ao contrário, busca aprimorar a pessoa jurídica, tornando-a flexível em casos onde a autonomia patrimonial e a personalidade encobrem e incentivam abusos.¹⁶⁶

Esta concepção remete à distinção que se deve operar entre desconsideração e despersonalização. Ambas não se confundem, vez que o papel da desconsideração é de ampliar “os efeitos de determinadas obrigações aos sócios e administradores, havendo, dessa forma, apenas uma *suspensão episódica da autonomia da pessoa jurídica*”¹⁶⁷.

Assim, logo após breve análise dos posicionamentos da atualidade, crê-se como sendo mais adequado aquele entendimento que decorre da percepção mesclada das teorias de Rubens Requião, Corrêa de Oliveira, Justen Filho e Coelho, pois são os que privilegiam a pessoa jurídica e sua personalidade, em defesa de sua autonomia e capacidade. Sob este escopo teórico, a desconsideração teria aplicação a partir da avaliação da função da empresa, ou seja, dos objetivos a que ela se presta e aos abusos cometidos frente a estes atributos.

As exposições doutrinárias aqui discorridas são apenas excertos de uma infinidade de posicionamentos encontrados no direito brasileiro. São inúmeros os trabalhos que discorrem sob a matéria, sob os mais variados escopos. Contudo, aqueles considerados mais importantes foram aqui estudados.

No entanto, a discussão, como bem se sabe, não reside apenas no universo da teoria, mas está sempre presente na prática. Logo, após deslinde teórico, e afiliação a um entendimento doutrinário, se exporá a aplicação da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica nas leis do ordenamento brasileiro, assentando, junto às exposições, considerações críticas doutrinárias. Bem como se verificará as decisões dos tribunais pátrios acerca da desconsideração.

¹⁶⁶ ALVES, A. F. de A. *Op. cit.*, p. 246.

¹⁶⁷ FREITAS, Elizabeth Cristina Campos Martins de. *Desconsideração da Personalidade Jurídica. análise à luz do código de defesa do consumidor e do novo código civil*, p. 258 (grifos do autor).

4 PERSPECTIVA PRÁTICA DA DESCONSIDERAÇÃO NO BRASIL

Uma vez verificado o desenrolar da desconsideração da personalidade e suas acepções no direito comparado, além da construção teórica no direito pátrio, elenca-se neste momento a construção da prática do conceito, tanto no que diz respeito às disposições legais, quanto no que diz respeito à construção jurisprudencial do tema.

4.1 A DESCONSIDERAÇÃO NOS RAMOS DO ORDENAMENTO

O direito brasileiro em suas várias ramificações encontra situações cogitadas como de desconsideração da personalidade. Nestes ramos, a previsão legal é anterior à assente no Código Civil – a qual será aqui analisada igualmente –, tendo algumas delas, direta ou indiretamente, influenciado na redação do art. 50 de tal diploma legal. Perpassaremos, rapidamente, pelos ramos do direito a que se atribui o uso da desconsideração no Brasil, fazendo, sobre cada um, breve análise.

4.1.1 *Direito Ambiental*

No ramo do direito ambiental se aponta com existente a probabilidade de desconsideração da personalidade jurídica em razão do disposto no artigo 4º da Lei 9.605/98 – *Lei de Crimes Ambientais ou Lei da Natureza*¹⁶⁸. Nesta disposição, conforme expõe José Ricardo Alvarez Vianna, o legislador se utilizou da desconsideração da personalidade jurídica, sem ao menos “exigir a prática anterior de atos fraudulentos por parte dos sócios ou responsáveis. A lei é clara, sempre que

¹⁶⁸ “Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente”.

a personalidade jurídica for 'c'bstáculo' à reparação de prejuízos causados ao bem ambiental"¹⁶⁹ poderá incorrer a desconsideração.

Contudo, se entende que aqui a desconsideração da personalidade é descabida, vez que não se cometeu abuso ou fraude através da pessoa jurídica, nem se desvirtuou a pessoa jurídica de sua finalidade, seus objetivos. Na verdade, o que se tem nesta lei é a responsabilização daqueles que estão por detrás da pessoa jurídica. Há neste artigo da lei impropriedade, pois sempre que a pessoa jurídica incorrer na hipótese de crime ambiental previsto naquela lei, ainda que sem cometer ato contrário à lei, poderá o órgão julgador afastar sua existência periodicamente, para se responsabilizar, o que se trata de impropriedade na aplicação da teoria da desconsideração.

Uma decisão acertada poderia ser realizada no sentido de responsabilizar automaticamente os membros ou responsáveis pela pessoa jurídica, ou até mesmo prever a responsabilização da pessoa jurídica e o direito de ação regressiva contra seus membros. Ainda que esta última pareça mais complexa, é menos grave quando se trata de manter intacta a existência e autonomia da pessoa jurídica.

4.1.2 *Direito Civil*

Enquanto vigia o Código Civil de 1916, não havia nesta lei disposição que previsse a desconsideração da personalidade jurídica. No âmbito do Código Civil de 2002, tal disposição é encontrada no texto do artigo 50¹⁷⁰. Na opinião de Elizabeth Cristina Campos Martins de Freitas, a inclusão matéria da desconsideração da desconsideração no Código Civil "não consiste em verdadeira inovação, pois além

¹⁶⁹ VIANNA, José Ricardo Alvarez. *Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica em Matéria Ambiental*. in FOLMANN, Melissa; FALEIRO, Marcia Bataglin Delcastel. *Jurisprudência Brasileira 196 – Desconsideração da Personalidade Jurídica*, p. 66.

¹⁷⁰ "Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica".

de já ter sido consagrado em outros textos de lei (...) não se pode esquecer que (...) independe de fundamento legal¹⁷¹.

De acordo com Miguel Reale, redator da comissão do Código Civil de 2002, a inclusão legal da teoria da desconsideração teria finalidade preventiva e impeditiva de abusos cometidos contra a personalidade jurídica. Cabe colocar que, inicialmente quando figurava como anteprojeto de lei, a redação do artigo (então sob o nº. 49) foi criticada, pois em sua redação previa a possibilidade de dissolução da personalidade jurídica¹⁷². Manifestou-se Rubens Requião, no sentido de alteração textual, para que o afastamento da personalidade se desse conforme o entendimento da *durchgriff* – teoria a que era ele afiliado –. As sugestões do paranaense foram acolhidas, mas não em sua totalidade, culminando no, então, artigo 48 do projeto.

No entanto, essa não foi a única alteração ocorrida no texto do dispositivo. Diversas modificações se sucederam, até que, em 1997, recebeu o artigo a forma que apresenta hoje. A redação do atual artigo 50 do Código Civil não contemplou a teoria da desconsideração conforme o entendimento majoritário da doutrina brasileira, nos moldes da *durchgriff* de Serick e Müller-Frienfels. Na verdade o dispositivo guiou-se pela orientação de Comparato e a sua acepção *objetiva* acerca da desconsideração (aquela que leva em conta a confusão patrimonial como pressuposto autorizador do afastamento da personalidade)¹⁷³.

Assim, “a teoria da desconsideração passa a ser recepcionada em nosso ordenamento jurídico não somente em situações específicas (...) mas em todas as relações jurídicas indistintamente¹⁷⁴, as quais se apresentam sob duas formas principais: o *desvio de finalidade* e a *confusão patrimonial*. Este posicionamento é

¹⁷¹ FREITAS, E. C. C. M. de. *Op. cit.*, p. 260.

¹⁷² Assim dispunha o projeto de lei do código civil em seu artigo 49: “A pessoa jurídica não pode ser desviada dos fins que determinaram a sua constituição, para servir de instrumento ou cobertura à prática de atos ilícitos, ou abusivos, caso em que caberá ao juiz, a requerimento do lesado ou do Ministério Público, decretar-lhe a dissolução” (grifou-se).

¹⁷³ Tal é o posicionamento majoritário da doutrina, ainda que em relação ao assunto, Marlon Tomazetti afirme que “ao contrário do que possa parecer, nosso Código não acolhe a concepção objetiva da teoria, pois a confusão patrimonial não é fundamento suficiente para a desconsideração, sendo simplesmente um meio importantíssimo de comprovar o abuso da personalidade jurídica, que ocorre nas hipóteses do abuso de direito e da fraude” (TOMAZETTI, Marlon. *A Desconsideração da Personalidade Jurídica: A teoria, o Código de Defesa do Consumidor e o Novo Código Civil*. apud GONÇALVES, C. R. *Op. cit.*, p. 216).

¹⁷⁴ BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. *Curso Avançado de Direito Comercial*, p. 146.

tomado como deturpador do que se entende por desconconsideração, vez que confunde a categoria com a *teoria ultra vires*¹⁷⁵ e com o conceito de responsabilização¹⁷⁶.

4.1.3 Direito do Consumidor

Inicia-se no direito do consumidor o acolhimento da desconconsideração da personalidade jurídica, legalmente em nosso ordenamento. Conforme José Geraldo Brito Filomeno, é “com o advento do Código do Consumidor – *Lei nº 8078/90* – (que) o legislador pátrio deu sinais claros no sentido de inibir o abuso, a simulação e a gestão temerária da empresa”¹⁷⁷.

Assim, encontra-se no corpo desta lei, na seção V, art. 28, a possibilidade de desconconsideração da personalidade jurídica¹⁷⁸. Na opinião do autor, ser o Código de Defesa do Consumidor diploma legislativo de direito público não obsta a aplicação da teoria da desconconsideração. Pelo contrário, ele crê não ser “lógico que, na medida que os entes de direito público possam figurar nas relações de consumo no pólo ativo e passivo venham a livrar-se da incidência da superação da personalidade”¹⁷⁹.

¹⁷⁵ Na teoria *ultra vires*, “se o administrador, ao praticar atos de gestão, violar o objeto social (objeto-atividade e objeto-lucro) delimitado no ato constitutivo, este ato *ultra vires societatis* não poderá ser imputado à sociedade, sendo considerado, segundo alguns autores, inválido e, para outros autores, ineficaz” ficando, assim, a pessoa jurídica isenta de responsabilidade perante terceiros (SOUZA, Cláudio Calo. *Algumas impropriedades do denominado “novo” Código Civil*. [online] Disponível na Internet via <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3660>>. Acesso em: 10 out. 2009).

¹⁷⁶ FOLMANN, M.; FALEIRO, M. B. D. *Op. cit.*, p. 43.

¹⁷⁷ FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de Direitos do Consumidor*, p. 374.

¹⁷⁸ Nos termos da disposição do Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 28 “O juiz poderá desconconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

§ 2º As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 3º As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 4º As sociedades coligadas só responderão por culpa.

§ 5º Também poderá ser desconconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores”.

¹⁷⁹ FILOMENO, J. G. B. *Op. cit.*, p. 375.

Entretanto, e apesar de seu posicionamento inovador, a desconsideração da personalidade no direito consumerista é tão ampla que torna a aplicação do art. 28 “bastante confusa e se afasta da sistematização técnica desejada”¹⁸⁰, pois confunde situações de responsabilização com a teoria da desconsideração. E tal confusão traz malefícios à pessoa jurídica, vez que ela perde sua autonomia em razão de atos de pessoas que poderiam ser responsabilizadas independentemente da desconsideração.

Verifica-se aí, somente quando se trata do *abuso de direito* acertada menção à teoria da desconsideração. As demais hipóteses versam acerca da responsabilidade das demais pessoas que se encontram por detrás da pessoa jurídica, o que em nada implica na sua desconsideração. Ademais, é objeto de preocupação doutrinária a disposição encontrada no art. 28, §5º, vez que abre a possibilidade de se desconsiderar sem nem mesmo averiguar se decorrem de fraude ou abuso os fatores que ensejaram a situação.

Contudo, na concepção de Marcelo Bertoldi, o dispositivo “deve ser interpretado em consonância com o enunciado da teoria a que se refere (...) e também (...) diante da conduta do fornecedor que venha a contrariar as normas protetoras do direito do consumidor”¹⁸¹. Este posicionamento, ainda que procure apaziguar a previsão do Código de Defesa do Consumidor, não pode ser considerado como pertinente, vez que a disposição nega à pessoa jurídica a autonomia que a ela se pretende direcionar ao conceder a personalização.

4.1.4 Direito do Trabalho

Quando se trata do direito do trabalho, a redação que enseja discussão acerca da aplicação da desconsideração da personalidade seria o art. 2º, § 2º da CLT (Decreto-Lei 5.452 de 1º de Maio de 1.943)¹⁸². Contudo, não há o que se falar

¹⁸⁰ SILVA, Alexandre Alberto Teodoro da. *A desconsideração da personalidade jurídica no direito tributário*, p. 117.

¹⁸¹ BERTOLDI, M.; RIBEIRO, M. C. P. *Op. cit.*, p. 145.

¹⁸² “Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

em possibilidade de aplicação da desconsideração no direito societário, vez que “o direito do trabalho não vincula o empregado à pessoa do empregador mas à empresa”¹⁸³, ocorrendo um processo de despersonalização do empregador. Logo, apenas a mera vinculação de pessoas já categorizaria a responsabilização neste direito. Processo este que se dá em função da tutela do trabalhador, graças à aplicação do princípio da proteção ao hipossuficiente da relação trabalhista.

Em suma, procura, o direito do trabalho, evitar que a pessoa jurídica seja utilizada como elemento que impeça a efetiva indenização do trabalhador, não se cogitando abuso ou ilegalidade, mas apenas e tão somente a impossibilidade de o trabalhador ver obstado seu direito de obter indenização em função da criação de uma figura artificial¹⁸⁴. Assim, infere-se que é afastada a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade no direito do trabalho pelo fato de que aí se apresenta, de maneira acertada, a responsabilização direta daqueles que permanecem por detrás da pessoa jurídica, sem desrespeitar a sua existência.

4.1.5 Direito Tributário

Como visto, no direito do trabalho a proteção do trabalhador e a segurança de seus direitos “são visualizadas como insuscetíveis e ocupam o ápice de uma escala de valoração. Já no direito tributário, a segurança e a certeza é que ocupam a posição de maior preferibilidade”¹⁸⁵. Há doutrina que indique como havendo nesta área do direito aplicação da teoria da desconsideração¹⁸⁶. Esta interpretação se faria

§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas”.

¹⁸³ RUSSOMANO, Mozart Victor. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. apud JUSTEN FILHO, M. *Op. cit.*, p. 102.

¹⁸⁴ GONÇALVES, Oksandro. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*, p. 61.

¹⁸⁵ JUSTEN FILHO, M. *Op. cit.*, p. 156.

¹⁸⁶ Consoante o entendimento de SILVA, haveria até mesmo a aplicabilidade do art. 50 do Código Civil de 2002 no âmbito do direito tributário. O autor sustenta seu posicionamento ao partir da concepção de sistema de direito e interpretação analógica e extensiva das regras gerais de direito (SILVA, A. A. T. da. *Op. cit.*, p. 139-159).

através da análise do disposto nos artigos 134 e 135 do Código Tributário Nacional (L. 5.172 de 25 de outubro de 1966)¹⁸⁷.

Entretanto, suscitam-se dúvidas acerca da possibilidade desta aplicação no Direito Tributário. Para Oksandro Gonçalves “o Direito Tributário pela sua tipicidade, que repele a tributação baseada num conceito geral ou cláusula geral, (excluiria) a possibilidade de aplicação da *disregard doctrine*”¹⁸⁸.

Logo, a compreensão de que o direito tributário comporta a teoria da desconsideração é errônea, pois ali se “identifica um problema de responsabilidade como sendo de repressão ao abuso do direito à personalidade”¹⁸⁹. Nestas disposições, o que está a se responsabilizar são os atos daqueles que compõem a pessoa jurídica, não sendo cabível nenhuma alusão à teoria da desconsideração por não serem verificados elementos autorizadores para tanto.

Portanto, nestas situações, na verdade se impõe “a responsabilidade por dívidas da sociedade (...) porque uma destas pessoas agiu de maneira contrária à lei ou ao contrato, mas como pessoa *integrante da pessoa jurídica*”¹⁹⁰. Assim, apesar de serem tais pessoas responsabilizadas, não há aí a confusão patrimonial entre membro ou responsável e pessoa jurídica, ou mesmo as figuras de fraude ou abuso de direito, o que implica em dizer que não se utiliza, neste direito, da teoria da desconsideração.

¹⁸⁷ Expõe o Código Tributário Nacional em seus artigos 134 e 135: “Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
 II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;
 III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
 IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
 V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
 VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;
 VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;
 II - os mandatários, prepostos e empregados;
 III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado”.

¹⁸⁸ GONÇALVES, O. *Op. cit.*, p. 68.

¹⁸⁹ SILVA, A. A. T. da. *Op. cit.*, p. 116

¹⁹⁰ CASILLO, J. *Op. cit.*, p. 38 (grifou-se).

4.2 PRIMEIRAS APLICAÇÕES DA DESCONSIDERAÇÃO

Ao se verificar a jurisprudência brasileira, no que tange à prática da desconsideração, constata-se a aplicação antes mesmo da discussão doutrinária, e das inserções legais do tema. A primeira aplicação da tese da desconsideração da personalidade jurídica concebida nos tribunais brasileiros se deu nos anos 60 (sessenta), no, até então, Distrito Federal, onde o Juiz Antonio Pereira Pinto, da 11ª Vara Cível, ao se deparar com o caso concreto “constatou o abuso de direito por meio de sociedade anônima, em que acionista se serviu da sociedade para prejudicar fraudulentamente terceiros, prescindindo-se da existência da sociedade”¹⁹¹.

Tal decisão, ao contrário de inúmeras outras que aparentavam aplicar a desconsideração “tem importância exatamente por ser uma das primeiras decisões brasileiras em que foi invocada e aplicada de modo expreso a doutrina do *Durchgriff*”¹⁹². Este foi, sem sombra de dúvida, o marco inicial de um sem número de decisões que aplicariam, ao longo dos anos, a desconsideração da pessoa jurídica no Brasil.

Relata Corrêa de Oliveira, que, após as teorizações sobre a desconsideração, os magistrados passaram a aplicar “de modo mais ou menos claro, quebra do princípio da separação e, explícita ou implicitamente, aceitação das teses de desestimação da pessoa jurídica”¹⁹³. Ainda, o autor expõe que as decisões iniciais que desconsideravam a pessoa jurídica versavam sobre: 1) *fraude à dever contratual*; 2) *fraude à lei*; 3) *responsabilização dos sócios em caso de insolvência da sociedade*; e, 4) *separação para limitados efeitos de natureza processual*¹⁹⁴.

Portanto, verificou-se, ao longo da aplicação da teoria, que os magistrados buscaram desconsiderar embasados em fundamentos condizentes com a

¹⁹¹ SILVA, A. C. *Op.cit.*, p. 35.

¹⁹² OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 524.

¹⁹³ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 521.

¹⁹⁴ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Idem*, p. 521-542.

construção da categoria. Entretanto, tal característica não é mérito de todos os juízos.

No capítulo seguinte se demonstrará, com mais profundidade, quais decisões privilegiam a desconsideração da personalidade, e quais delas importam em sua utilização abusiva, relacionando-se ao tema, a necessidade de racionalizar a categoria da desconsideração e sua relação com a segurança jurídica.

5 PONDERAÇÃO SOBRE A PRÁTICA DA DESCONSIDERAÇÃO

Longa foi a caminhada teórica que trouxe à aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil. E, uma vez imbuída no direito pátrio, a teoria está sujeita a ser tanto utilizada de forma adequada, quanto a ser aplicada contra a pessoa jurídica. Em sede doutrinária, não há dúvidas quanto à necessidade de aplicação da teoria para a proteção do instituto da pessoa jurídica. Da opinião de Casillo, pode-se dizer entendimento universal, quando expõe ele que se

*a forma da pessoa jurídica, ou a própria pessoa jurídica é utilizada com o intuito de fugir às finalidades impostas pelo direito, deve ser então 'desconsiderada', ou melhor, não deve ser levada em conta sua existência, para, na decisão do caso concreto que lhe é apresentado, o julgado decidir, como se, na espécie, a pessoa jurídica não existisse, imputando as responsabilidades aos sócios ou mesmo à outra pessoa jurídica que tenha se utilizado ou mesmo se escondido sob a forma daquela primeira*¹⁹⁵.

Contudo, a aplicação da desconsideração não pode passar de situação excepcionalíssima à regra, pois assim, se estaria deturpando o significado de uma construção teórica séria, a qual foi refletida e sedimentada ao longo dos anos. No mais, ainda que se critique as posições legais, sua aplicação é irremediável até que se revoguem tais disposições. Entretanto, deve se refletir acerca da relação que se constrói ao aplicar de modo indiscriminado e sem precedentes, regra que desconstitui ente consagrado pelo direito.

Em *ultima ratio*, a má-utilização da desconsideração estaria ligada a arbitrariedades em nosso ordenamento jurídico. E, tais arbitrariedades dão espaço à insegurança jurídica, que se depositaria em nosso sistema de direito, de forma a balançar a construção não apenas da figura da pessoa jurídica em si, mas na construção do sistema legal como um todo.

A seguir se versará sobre o tema da segurança jurídica, para demonstrar a importância deste princípio do direito, e para, posteriormente, conectá-lo ao uso da teoria da desconsideração.

¹⁹⁵ CASILLO, J. *Op. cit.*, p. 10-11 (grifou-se).

5.1 A SEGURANÇA JURÍDICA E O USO DA DESCONSIDERAÇÃO

Desde que a sociedade existe, ela está em constante mutação, buscando infinitamente o seu aperfeiçoamento. E, para que tais mudanças não sejam objeto de disputas insolúveis, o Direito também se encontra num ciclo de mudanças,

para ajustar-se a novas realidades e para melhor satisfazer interesses públicos (de forma que) manifesta e manifestou, em épocas de normalidade, um compreensível empenho em efetuar suas inovações causando o menor trauma possível, a menor comoção às relações jurídicas passadas que se prolongaram no tempo ou que dependem de superveniência de eventos futuros previstos¹⁹⁶.

A este ajuste paulatino do Direito às situações fáticas quotidianas podemos denominar de *segurança jurídica*. Ela é uma garantia constitucional residente em nosso ordenamento, que de acordo com o jurista Jorge Vanossi seria um “conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida”¹⁹⁷.

Tal garantia encontra-se diretamente ligada à constituição do Estado Democrático de Direito, bem como “possui conexão direta com os direitos fundamentais e ligação com determinados princípios que dão funcionalidade ao ordenamento jurídico brasileiro, tais como, a irretroatividade da lei, o devido processo legal, o direito adquirido”¹⁹⁸, dentre outros. Na visão de Celso Antônio Bandeira de Mello, a segurança jurídica representa dentro de nosso sistema constitucional um princípio geral do direito¹⁹⁹.

Para José Afonso da Silva, “uma importante condição da segurança jurídica está na relativa certeza de que os indivíduos têm de que as relações realizadas sob

¹⁹⁶ MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, p. 125.

¹⁹⁷ VANOSS, Jorge Reinaldo. *El Estado de Derecho en el Constitucionalismo Social*. apud SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*, p. 433.

¹⁹⁸ CHACON, Paulo Eduardo de Figueiredo. *O princípio da Segurança Jurídica*. [online] Disponível na Internet via <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4318>>. Acesso em: 11 out. 2009.

¹⁹⁹ MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, p. 123

o império de uma norma devam perdurar”²⁰⁰. Igualmente nessa linha de raciocínio acertadamente expõe Celso Antônio Bandeira de Mello ao dizer que

é bem sabido e ressabido que a ordem jurídica corresponde a um quadro normativo proposto precisamente para que as pessoas possam se orientar, sabendo, pois, de antemão, o que devem ou o que podem fazer, tendo em vista as ulteriores conseqüências imputáveis a seus atos²⁰¹

Assim, a segurança jurídica seria elemento imprescindível às pessoas, pois as garantiria que elas não vão ser vítimas de irregularidades e arbitrariedades, ao lhes passar uma garantia de estabilidade e certeza. Em última análise, ela estaria vinculada ao valor de justiça encontrado intrínseco em nossa sociedade. Na concepção de Maria Sylvia Zanella Di Pietro “a segurança jurídica tem muita relação com a ideia de respeito à boa-fé”²⁰².

Portanto, falar-se em segurança jurídica, quando se trata das pessoas jurídicas, importa em trazer ao âmbito do Direito Civil, princípios e valores sedimentados na esfera de direito público, mais especificamente, no Direito Constitucional. Essa análise do direito civil sob a égide do direito constitucional segundo Maria Celina Bodin de Moraes é corrente, visto que “poucos civilistas negam eficácia normativa ao texto constitucional ou deixam de reconhecer seu impacto sobre a regulação das relações privadas”²⁰³.

Sobre o tema, manifesta-se Pietro Perlingieri em sua obra *Perfis de Direito Civil* apontando que “toda lei deve ser coerente com a Constituição”²⁰⁴. Entretanto, tal trabalho não seria visível no plano das leis em si, mas importaria, na verdade, em realizar uma interpretação sistêmica do Direito Civil e do Direito Constitucional. Interpretação esta que deveria conformar o “respeito à Constituição, fonte suprema”²⁰⁵.

Hodiernamente, já é de pleno conhecimento que a pessoa jurídica é entendida como equivalente à pessoa natural no direito. Ela goza, então, das

²⁰⁰ SILVA, J. A. *Op. cit.*, *loc. cit.*

²⁰¹ MELLO, C. A. B. de. *Op. cit.*, p. 124.

²⁰² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, p. 84.

²⁰³ MORAES, Maria Celina Bodin de. *A Constitucionalização do Direito Civil e Seus Efeitos Sobre a Responsabilidade Civil*, p. 233.

²⁰⁴ PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional*, p. 06.

²⁰⁵ PERLINGIERI, Pietro. *Idem*, p. 10.

mesmas prerrogativas daquele a. Desta forma, ela tem direito à ver amparada sua essência, a qual foi garantida por nosso legislador no Código Civil.

Logo, no que toca a desconsideração da personalidade jurídica, realizando uma interpretação sistêmica do direito, como propõe Perlingieri, só se pode operar dentro das situações previstas por nossa lei. Pois, se assim não for, incorremos no desrespeito ao princípio da segurança jurídica, o que de certa forma põe em xeque a própria constituição do Estado Democrático de Direito, dando margem às tão temidas arbitrariedades e excessos dentro do ordenamento jurídico.

5.2 DECISÕES QUE CONTEMPLAM A DESCONSIDERAÇÃO

A seguir se expõem decisões que aplicaram de forma correta a desconsideração (ou deixaram de aplicar), não importando em abuso à teoria, nem mesmo em abalo à segurança da pessoa jurídica. Assim, inicialmente, transcreve-se a ementa de decisão proferida pelo Ministro Fernando Gonçalves, da 4ª Turma do STJ.

RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ("DISREGARD DOCTRINE"). HIPÓTESES. 1. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA, IMPUTANDO-SE AO GRUPO CONTROLADOR A RESPONSABILIDADE PELA DÍVIDA, PRESSUPÕE - AINDA QUE EM JUÍZO DE SUPERFICIALIDADE - A INDICAÇÃO COMPROVADA DE ATOS FRAUDULENTOS, A CONFUSÃO PATRIMONIAL OU O DESVIO DE FINALIDADE. 2. NO CASO A DESCONSIDERAÇÃO TEVE FUNDAMENTO NO FATO DE SER A CONTROLADA (DEVEDORA) SIMPLES LONGA MANUS DA CONTROLADORA, SEM QUE FOSSE APONTADA UMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 50 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. 3. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO²⁰⁶.

Neste Recurso Especial, o ministro denega arresto de bens de sociedade pertencente a um grupo econômico, em decorrência de desautorização da

²⁰⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*. REsp n. 744.107, de São Paulo. Aurea Administração e Participações S/A versus São Paulo Transportes S/A. Relator Ministro Fernando Gonçalves. Decisão de 20 de maio de 2008. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=desconsidera%E7%E3o+personalidade+jur%EDdica&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=33>>. Acesso em: 10 out. 2009.

desconsideração da personalidade jurídica, por não se observarem as hipóteses autorizadoras do seu uso conforme disposto no art. 50 do Código Civil.

Decisão, que igualmente contempla e confirma a não utilização da desconsideração por não se demonstrarem os pressupostos autorizadores é a proferida pelo Desembargador Edgard Fernando Barbosa, em vistas ao Agravo de Instrumento contra decisão de juízo monocrático da 14ª Vara Cível de Loanda.

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRETENDIDA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE NA SITUAÇÃO DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS: ABUSO DE DIREITO, CARACTERIZADO PELO DESVIO DE FINALIDADE OU CONFUSÃO PATRIMONIAL. A PESSOA JURÍDICA NÃO SE CONFUNDE COM A PESSOA DOS SÓCIOS QUE A REPRESENTAM. POR ISSO, A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, PREVISTA NO ARTIGO 50 DO CÓDIGO CIVIL, É MEDIDA EXCEPCIONAL E QUE SOMENTE SE JUSTIFICA QUANDO HÁ DEMONSTRAÇÃO, PELO CREDOR, DE QUE HOVE DESVIO DA FINALIDADE SOCIAL DA EMPRESA OU CONFUSÃO PATRIMONIAL, NÃO JUSTIFICANDO A PRETENSÃO A SIMPLES INEXISTÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS EM NOME DA SOCIEDADE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO²⁰⁷.

Outra decisão que aqui se transcreve a ementa, é a proferida pelo Ministro José Delgado, da 1ª Turma do STJ.

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO A QUO. EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL. DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. GRUPO DE SOCIEDADES COM ESTRUTURA MERAMENTE FORMAL. PRECEDENTE. 1. RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO QUE MANTEVE DECISÃO QUE, DESCONSIDERANDO A PERSONALIDADE JURÍDICA DA RECORRENTE, DEFERIU O ARESTO DO VALOR OBTIDO COM A ALIENAÇÃO DE IMÓVEL. 2. ARGUMENTOS DA DECISÃO A QUO QUE SÃO CLAROS E NÍTIDOS, SEM HAVER OMISSÕES, OBSCURIDADES, CONTRADIÇÕES OU AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. O NÃO-ACATAMENTO DAS TESES CONTIDAS NO RECURSO NÃO IMPLICA CERCEAMENTO DE DEFESA. AO JULGADOR CABE APRECIAR A QUESTÃO DE ACORDO COM O QUE ENTENDER ATINENTE À LIDE. NÃO ESTÁ OBRIGADO A JULGAR A QUESTÃO CONFORME O PLEITEADO PELAS PARTES, MAS SIM COM O SEU LIVRE CONVENCIMENTO (ART. 131 DO CPC), UTILIZANDO-SE DOS FATOS, PROVAS, JURISPRUDÊNCIA, ASPECTOS PERTINENTES AO TEMA E DA LEGISLAÇÃO QUE ENTENDER APLICÁVEL AO CASO. NÃO

²⁰⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. *Agravo de Instrumento. Execução Título Judicial. Pretendida Desconsideração da Personalidade Jurídica*. AI n. 512.647-4, de Curitiba. Marcos Antonio Soneto Simoneti versus Laticínio Noroeste LTDA. Relator Desembargador Edgard Fernando Barbosa. Decisão de 15 de março de 2009. Disponível em <<http://www.tj.pr.gov.br/portal/judwin/consultas/jurisprudencia/JurisprudenciaDetalhes.asp?Sequencial=62&TotalAcordaos=188&Historico=1&AcordaoJuris=788332>>. Acesso em: 15 out. 2009.

OBSTANTE A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS, NÃO SÃO ELES MERO EXPEDIENTE PARA FORÇAR O INGRESSO NA INSTÂNCIA ESPECIAL, SE NÃO HÁ OMISSÃO A SER SUPRIDA. INEXISTE OFENSA AO ART. 535 DO CPC QUANDO A MATÉRIA ENFOCADA É DEVIDAMENTE ABORDADA NO ARESTO A QUO. 3. “A DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA, MESMO NO CASO DE GRUPO ECONÔMICOS, DEVE SER RECONHECIDA EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS, ONDE SE VISUALIZA A CONFUSÃO DE PATRIMÔNIO, FRAUDES, ABUSO DE DIREITO E MÁ-FÉ COM PREJUÍZO A CREDORES. NO CASO SUB JUDICE, IMPEDIR A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA AGRAVANTE IMPLICARIA EM POSSÍVEL FRAUDE AOS CREDORES. SEPARAÇÃO SOCIETÁRIA, DE ÍNDOLE APENAS FORMAL, LEGITIMA A IRRADIAÇÃO DOS EFEITOS AO PATRIMÔNIO DA AGRAVANTE COM VISTAS A GARANTIR A EXECUÇÃO FISCAL DA EMPRESA QUE SE ENCONTRA SOB O CONTROLE DE MESMO GRUPO ECONÔMICO” (ACÓRDÃO A QUO). 4. “PERTENCENDO A FALIDA A GRUPO DE SOCIEDADES SOB O MESMO CONTROLE E COM ESTRUTURA MERAMENTE FORMAL, O QUE OCORRE QUANDO DIVERSAS PESSOAS JURÍDICAS DO GRUPO EXERCEM SUAS ATIVIDADES SOB UNIDADE GERENCIAL, LABORAL E PATRIMONIAL, É LEGÍTIMA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA FALIDA PARA QUE OS EFEITOS DO DECRETO FALENCIAL ALCANÇEM AS DEMAIS SOCIEDADES DO GRUPO. IMPEDIR A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NESTA HIPÓTESE IMPLICARIA PRESTIGIAR A FRAUDE À LEI OU CONTRA CREDORES. A APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DISPENSA A PROPOSITURA DE AÇÃO AUTÔNOMA PARA TAL. VERIFICADOS OS PRESSUPOSTOS DE SUA INCIDÊNCIA, PODERÁ O JUIZ, INCIDENTEMENTE NO PRÓPRIO PROCESSO DE EXECUÇÃO (SINGULAR OU COLETIVA), LEVANTAR O VÉU DA PERSONALIDADE JURÍDICA PARA QUE O ATO DE EXPROPRIAÇÃO ATINJA TERCEIROS ENVOLVIDOS, DE FORMA A IMPEDIR A CONCRETIZAÇÃO DE FRAUDE À LEI OU CONTRA TERCEIROS” (RMS Nº 12872/SP, RELª MINª NANCY ANDRIGHI, 3ª TURMA, DJ DE 16/12/2002). 5. RECURSO NÃO-PROVIDO²⁰⁸

Nesta decisão, o relator conhece Recurso Especial e autoriza a aplicação da teoria da desconsideração por verificar que, se mantida a personalidade jurídica da pessoa jurídica, se incorreria em abuso de direito e fraude (contra credores).

Tais decisões demonstram o entendimento adequado que se deve ter em relação ao uso da desconsideração, pois, para que se a verifique é “necessária a presença do princípio da subsidiariedade, explicitado à luz de uma concepção dualista de obrigação: a responsabilidade por dívida alheia”²⁰⁹, ou seja, cabível somente quando a pessoa jurídica é meio de se fraudar ou abusar de direito, em

²⁰⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Execução Fiscal. Alienação de Imóvel. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Grupo de Sociedades com Estrutura Meramente Formal*. REsp n. 767.021, do Rio de Janeiro. Interunion Capitalização S/A versus Fazenda Nacional. Relator Ministro José Delgado. Decisão de 16 de agosto de 2005. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=desconsidera%E7%E3o+personalidade+jur%EDdica&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=73>>. Acesso em: 10 out. 2009.

²⁰⁹ OLIVEIRA, J. L. C. de. *Op. cit.*, p. 610.

proveito daqueles que por detrás dela permanecem. Perceptível, portanto, imagem da formulação subjetiva da desconsideração, que “dá destaque ao intuito do sócio ou administrador, voltado à frustração de legítimo interesse de credor”²¹⁰.

Entretanto, como já se mencionou anteriormente, não é somente esta linha de raciocínio de que se utilizam os magistrados para proferirem suas sentenças. Abaixo, estão dispostas ementas de decisões que abusam da figura da desconsideração, pois não ponderam acerca dos elementos abalizadores da aplicação da teoria.

5.3 O ABUSO NA PRÁTICA DA DESCONSIDERAÇÃO

A seguir, trata-se de decisões que não buscaram a desconsideração da personalidade jurídica conforme construção teórica racional, importando em mero chamamento da teoria para justificar hipóteses de responsabilização subsidiária. Na concepção de Coelho, essa aplicação abusiva seria decorrente da crise do princípio da autonomia. Segundo essa visão, “o simples desatendimento de crédito titularizado perante uma sociedade, em razão da insolvabilidade ou falência desta, seria suficiente para imputação de responsabilidade”²¹¹.

Segundo ele, o que não poderia ocorrer, e na prática assim se procede, é a aplicação da teoria da desconsideração sem se levar em conta se há ou não o abuso da forma da pessoa jurídica ou o seu uso fraudulento.

Decisão que se comenta, inicialmente pela transcrição da ementa, é a julgada pela 14ª Câmara Cível do TJPR.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - APLICAÇÃO DA TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO - COMPROVAÇÃO DE INSOLVÊNCIA DA AGRAVADA EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE BENS CAPAZES DE SOLVER O DÉBITO - RECURSO PROVIDO. DEVE HAVER A APLICAÇÃO DA TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA QUANDO VERIFICAR-SE QUE A

²¹⁰ COELHO, F. U. *Op. cit.*, p. 48.

²¹¹ COELHO, F. U. *Idem*, *ibidem*.

*EXISTÊNCIA DA PESSOA JURÍDICA É OBSTÁCULO AO
ADIMPLENTO DA OBRIGAÇÃO EM RAZÃO DE SUA INSOLVÊNCIA*²¹².

Aqui, se utilizou da referida teoria objetiva da desconsideração da personalidade (também conhecida como teoria menor) para se afastar a existência da pessoa jurídica. Hipótese esta que, como já bem colocado, não privilegia a pessoa jurídica e a personalidade a ela destinada.

Outra decisão que se utiliza da teoria menor da desconsideração é a proferida pelo órgão colegiado da 7ª Câmara Cível do TJRJ.

*AGRAVO INOMINADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU
SEGUIMENTO AO AGRAVO, NOS TERMOS DO ART. 557, DO CPC.
DECISÃO QUE DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA
FEDERAL, DETRAN E RGI. VIABILIDADE DA DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA EXECUTADA.
NECESSIDADE DE SE VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE BENS EM NOME
DE SÓCIO, O QUE TORNA LEGÍTIMA A EXPEDIÇÃO A ÓRGÃOS DE
CADASTROS, QUE ENSEJA A MANUTENÇÃO DA DECISÃO
GUERREADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO*²¹³.

Nesta decisão, se invoca a teoria da desconsideração da personalidade jurídica apenas pelo fato de não haverem bens em nome da pessoa jurídica para se satisfazer crédito demandado no processo de execução. Em hipótese alguma se aventa a fraude, ou o abuso de direito em relação à função da pessoa jurídica e seus objetivos.

Ainda, outra situação sobre a qual se discorre, é a encontrada como exemplo utilizado por Rolf Madaleno em sua obra *"A disregard nos alimentos"*. Ele descreve decisão proferida pela 8ª câmara cível do TJRS, onde se aplicou a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica para a responsabilização de ex-sócio majoritário relacionada ao direito de família.

²¹² BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. *Agravo de Instrumento. Execução Título Judicial. Pretendida Desconsideração da Personalidade Jurídica*. AI n. 434.314-2, de Curitiba. CIA de Cimento Itambé versus Ivankio & CIA LTDA. Relator Rubens Oliveira Fontoura. Decisão de 28 de novembro de 2007. Disponível em < <http://www.tj.pr.gov.br/portal/judwin/consultas/jurisprudencia/JurisprudenciaDetalhes.asp?Sequencial=139&TotalAcordaos=188&Historico=1&AcordaoJuris=625324>>. Acesso em: 15 out. 2009.

²¹³ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. *Decisão que Confere Viabilidade da Desconsideração da Personalidade Jurídica da Empresa*. AI n. 2008.002.11759, do Rio de Janeiro. Arcel S/A Empreendimentos e Participações versus Ilidio da Rocha Lima. Relator Desembargado Carlos Eduardo Moreira da Silva. Acórdão de 23 de julho de 2008. Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br/scripts/weblink.mgw?MGWLPN=DIGITAL1A&LAB=CONxWEB&PGM=WEBP CNU88&PORTAL=1&N=200800211759&protproc=1>>. Acesso em: 10 out. 2009.

O caso concreto se deu através da solicitação de revisão de alimentos pela ex-mulher do sócio para o filho comum do casal. Entretanto, o ex-sócio majoritário havia transferido 99% de suas cotas sociais à mãe de sua atual esposa, e alegou não possuir condições financeiras para aumentar o valor pago à sua ex-mulher. Uma vez verificada a transferência com fins de obstar o pagamento da pensão ao filho, o TJRS decidiu aplicar a desconsideração²¹⁴.

Entretanto, em que pese a decisão proferida pelo egrégio Tribunal de Justiça, há de se afirmar que esta decisão foi abusiva ao utilizar a teoria da desconsideração, vez que não se verificou *abuso de direito* ou *fraude* na pessoa jurídica. Deve se observar que, quando se fala de fraude, não se quer dizer qualquer modalidade de fraude, mas aquela que se realiza através da pessoa jurídica. Aqui, seria o caso de responsabilização pessoal do ex-sócio majoritário, e não da pessoa jurídica, a qual teve sua existência suprimida, ainda que temporariamente, em razão da decisão.

Tais posicionamento relacionados, de certa forma, com a teoria objetiva da desconsideração da personalidade “não podem ser entendidos como verdadeiros casos de desconsideração” sendo todos “casos de mera imputação de ato”²¹⁵. Tais decisões demonstram a dissonância entre a verdadeira teoria da desconsideração, aquela que leva em consideração o instituto da pessoa jurídica, e a sua prática. Essas ocorrências levam a buscar uma racionalização da desconsideração, sobre a qual se discorrerá a seguir.

5.4 NECESSIDADE DE RACIONALIZAÇÃO DO USO

A construção do conceito e da instituição da pessoa jurídica se deu, invariavelmente, após o desenrolar dos séculos. Com a atribuição de uma personalidade, distinta da personalidade das pessoas que a compõem – através, principalmente, do princípio *universitas distat a singulis* –, fomentou-se a importância deste ente do direito, o qual é hoje amplamente visto em diversas áreas da organização social, sobretudo, no que diz respeito às atividades comerciais.

²¹⁴ MADALENO, Rolf. *A disregard nos alimentos*. apud ALVES, A. F. de A. *Op. cit.*, p. 268.

²¹⁵ OLIVEIRA, J. L. C. de *Op. cit.*, *loc. cit.*

Na opinião de Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, é a partir da personificação que “o ente passa a ter existência jurídica, adquire personalidade e atua no mundo jurídico da mesma forma que as demais pessoas (...), não podendo o ordenamento que o personificou ignorar esta nova realidade”²¹⁶. Se a pessoa jurídica é figura bem sucedida na atualidade, isto se dá em razão da separação patrimonial de que se tem garantia, vez que se não fosse tal princípio, “os insucessos na exploração da empresa poderiam significar a perda de todos os bens particulares dos sócios, amealhados ao longo do trabalho de uma vida ou mesmo de gerações”²¹⁷.

Obviamente, não se deve dar azo ao “império absolutista da autonomia da pessoa jurídica”²¹⁸, visto que ela é utilizada, por vezes, como instrumento de fraudes e abusos. Para que tais situações não colocassem em risco a existência da pessoa jurídica, construiu-se a teoria da desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Requião, quem introduziu a matéria da desconconsideração na doutrina, à época de sua exposição, já atentava ao fato do uso com cautela da construção. Segundo ele, “há, pois, necessidade de se atentar com muita agudeza para a gravidade da decisão que pretender desconSIDERAR a personalidade jurídica”²¹⁹, para que não se destruísse o instituto da pessoa jurídica.

Também neste sentido, a autora acima mencionada previne que a desconconsideração deve ser utilizada quando se abusar da personalidade da pessoa jurídica apenas, em prevenção ao uso inadequado do instituto. Contudo, deve respeitar as hipóteses legais de atuação, pois se assim não o fosse, se incorreria na inobservância da tão aventada segurança jurídica²²⁰, sobre a qual se falou.

Assim, quando se buscar a aplicação da desconconsideração, deve-se fazê-lo somente em “casos singulares, extraordinários, quando se fizer mau uso da pessoa jurídica, e, mais, para o fim de que os sócios dessa pessoa sejam atingidos”²²¹. Portanto, não se deve extrapolar essa linha entre a desconconsideração motivada de maneira adequada e a desconconsideração sem medidas.

²¹⁶ KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. *A DesconSIDERação da Personalidade Jurídica (Disregard Doctrine) e os Grupos de Empresas*, p. 8.

²¹⁷ COELHO, F. U. *Op. cit.* p. 15.

²¹⁸ FOLMANN, M.; FALEIRO, M. B. D. *Op. cit.*, p. 43.

²¹⁹ REQUIÃO, R. *Op. cit.*, p. 24.

²²⁰ KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. *Op. cit.*, p. 8.

²²¹ ALVIM, Arruda. *Direito Privado*, p.259

Logo, o papel do magistrado deve ser o de aplicar ao caso, a teoria da desconsideração conforme construção doutrinária aqui apresentada e defendida, pois se o fizesse de outra maneira estaria retirando da pessoa a segurança que se pretendeu dar ao construí-la, bem como a noção de segurança que se tem no instituto da pessoa jurídica em geral. Na concepção de Corrêa de Oliveira, a lei aduz um elemento às pessoas jurídicas: a segurança da garantia legal²²². Entretanto, não se pode somente utilizar a lei para se abalizar as decisões, quando se trata da desconsideração, “pois conhecidas são as suas limitações para bem exprimir o direito, o que aliás acontece com a generalidade das formas de que o direito se reveste”²²³.

Assim, não pode o magistrado se ater apenas ao brocardo latino *in claris cessat interpretatio*. Na verdade, ele deve estudar e decompor as disposições legais, vez que “semelhante indagação, se feita com equilíbrio, só pode resultar na melhor compreensão e na mais adequada observância da lei”²²⁴. Ademais, o papel de racionalizar a categoria, contribuindo para a sua profícua aplicação, não é de propriedade do magistrado apenas, mas dos juristas em geral, que não podem “limitar-se à mera interpretação de um direito objetivo que tem a pretensão de ser perfeito e infalível”²²⁵, mas devem realizar uma interpretação sistemática do direito, conformando-se todos os ramos do ordenamento a uma obediência dos princípios gerais, e das necessidades concretas da sociedade.

²²² OLIVEIRA, J. L. C. de. *Conceito de Pessoa Jurídica*, p.168.

²²³ FRANÇA, R. L. *Formas e Aplicação do Direito Positivo*, p. 42.

²²⁴ FRANÇA, R. L. *Idem*, p. 43.

²²⁵ SILVA, A. C. *Op. cit.*, p. 88.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se neste trabalho que a entidade abstrata por nós conhecida como pessoa jurídica, está intrínseca na ideia de associação humana e superação da existência dos homens através de um legado permanente. Portanto, impossível seria, que sua existência fosse ignorada pelo direito. Mais impensável ainda que sua regulamentação não se desse por lei, pois, num país de base romano-germânica, quer se dizer, adotante da *civil law*, a noção de segurança, e de afastamento das arbitrariedades, reside na normatização e codificação dos direitos que se pretendem estáveis.

Assim, de insuperável valor a construção realizada, inicialmente prática, no direito romano – onde se passou a alcançar as coletividades –, e posteriormente no direito moderno nas teorizações sobre a pessoa jurídica. Se não tivesse o direito romano considerado tais realidades, talvez a construção que se erigiu daí não tivesse resultado no que se compreende hoje. Nesta esteira, necessária, igualmente, a valoração da construção teórica das pessoas, pois, após tantos embates, se trouxe à contemporaneidade a concepção de pessoa jurídica como *ser*, capaz e responsável, como todas as pessoas dentro da normalidade são.

Desta forma é que se conhece a pessoa jurídica no universo jurídico atual. Um *ser*, pessoa, comparada ao homem, centro complexo de direitos, deveres e responsabilidades, possuidora dos mesmos direitos que ele, no que couber. Um ente considerado como real e amparado pela lei, através das disposições assentes no atual Código Civil.

Hoje, após a segurança que se construiu em torno do tema, sobretudo após a codificação de seus direitos – o que alude à segurança jurídica – diversas são as modalidades de pessoas jurídicas em nossa sociedade e sistema legal. Em âmbito privado, visualizamos as inúmeras empresas que ditam o ritmo econômico; as fundações com seus nobres intuitos; as sociedades com sua praticidade frente às exigências modernas. São tantas as pessoas jurídicas quanto é demasiada sua importância para a complexa organização social. Sem esse *todo* complexo, estaríamos legados ao caos, e se não ao caos, a um estado mais primitivo do que conhecemos. Ainda, em âmbito público não há o que se falar em relevância, já que

toda a organização estatal é uma pessoa jurídica, ou melhor, são várias pessoas jurídicas encadeadas e interdependentes entre si.

Logo, se tão demasiada sua influência na vida das pessoas humanas, demasiado deve ser o valor e o respeito às normas que se destina às pessoas jurídicas. Daí a busca pela ponderação sobre o tema da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Pois, se por um lado busca se ressaltar o prestígio da pessoa jurídica, por outro cabível demonstrar sapiência em dosar sua aspirada onipotência. Não que se queira dizer que a figura da pessoa jurídica seja entidade maléfica à sociedade. Mas, quando *ser* dotado de tanta relevância é buscado para intentar fins diversos dos que põem os bons costumes, deve, no sistema de direito, haver alguma previsão, que venha a frear tais intenções.

A busca pela responsabilização daqueles que desejavam utilizar a pessoa jurídica como escudo às suas ilicitudes teve início prático, como em quase tudo o que se experiencia. Da construção jurisprudencial seriada, passou a se refletir sobre a matéria, que logo passou aos domínios da avaliação de estudiosos. Portanto, semelhantemente ao que ocorreu com o conceito de pessoa jurídica, passa a ocorrer com o conceito de desconsideração, da prática à teoria. Então, os doutrinadores iniciam as exposições de seus entendimentos acerca dos limites que devem demarcar a desconsideração. E, chegado ao momento em que se verifica que um entendimento coerente e lógico é aceito pela maioria, se espera (já que vivemos hoje sob as bases da democracia) que este seja dominante.

Assim se espera da desconsideração da personalidade no direito. Logo, após as inúmeras discussões sobre sua delimitação, aguardou-se por uma inserção legal da matéria. Em nosso país, esta introdução ocorreu através, primeiramente, do previsto no corpo textual do artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor (L. 8078/90). E, após, com a vigência deste Código Civil e seu aguardado artigo 50. Nestes diplomas legais restam sedimentadas as verdadeiras proposições de desconsideração de personalidade jurídica. Há posicionamentos de que a desconsideração resida em outras leis, tais quais as discutidas neste trabalho, o que se demonstrou como errôneo, pelo menos no que tange aos direitos tributário, trabalhista e ambiental, já que estas leis versam sobre questões de responsabilização subsidiária ou concomitante dos sócios, membros e/ou representantes, o que já se esclareceu, nada tem a ver com as situações de desconsideração.

Porém, cabe aqui lembrar que ainda que os códigos civil e consumerista tenham exposto a matéria da desconsideração, não acompanharam totalmente a sistematização e a logicidade desenvolvida pelos teóricos. Na verdade, o que se verifica é a busca da adoção da desconsideração sem se utilizar a *ratio* que contemple o instituto da pessoa jurídica conforme o entendimento de ser complexo adotado em nossa ordem jurídica.

E, uma vez que a própria lei não demonstra compreensão adequada dos conceitos, reflete-se tal incompreensão no momento em que são decididos casos concretos ocorridos na sociedade, no mundo real e fático. Pois, para além das propriedades teóricas embasadoras da desconsideração (como se viu no desenvolvimento do trabalho: o abuso e a fraude tanto da personalidade da pessoa quanto da deturpação de sua função), a aplicação desmedida da desconsideração passa a gerar temerariedade, e insegurança, que no campo do direito, passaria a conflitar com a busca pelo conforto da segurança jurídica.

Conforme se debateu o tema, deveras polêmico outrora, obviamente, e de forma paulatina, evoluiu o entendimento jurisprudencial sobre a responsabilização das pessoas que se encontram por detrás da pessoa jurídica. Anteriormente eram verificados casos de despersonalização para a simples responsabilização de outrem, o que importava na extinção da pessoa apenas para se responsabilizar alguém pela prática de um só ato.

Atualmente, evoluiu-se e se utiliza a teoria da desconsideração, consoante as disposições legais existentes em nosso ordenamento. Contudo, isto não é o suficiente, haja vista que ainda há casos onde é equívoca a desconsideração, ou até mesmo tão abrangente que indeterminada (conforme se depreende da análise do artigo 28, V do Código de Defesa do Consumidor). Logo, se clama por uma reanálise da matéria, buscando que se assente entendimento linear acerca da desconsideração da personalidade, para que se aja dentro dos limites buscados dentro pelo ordenamento jurídico.

Esse reexame deve ser prestado para que não se incorra no abalo da segurança jurídica através do mau uso da categoria, vez que através do uso indistinto da desconsideração está a se ignorar a separação existente entre a pessoa jurídica e seus membros. O que leva à retirada de elemento essencial à sua existência, sua autonomia. Isso pode ainda ser constatado em nossos tribunais, como se demonstrou através da transcrição de casos concretos que assim são

decididos. Casos estes, que, se não se extinguirem do universo jurídico, podem levar à extinção da segurança que creditamos a ele.

Desta forma, conclui-se que, mais do que aplicar a teoria da desconsideração, é necessário, antes de tudo, estudá-la. Entender, a pessoa jurídica e sua complexidade no direito, sua importância para a sociedade. Após procurar compreender a serventia e as implicações da utilização da desconsideração, sob um determinado escopo, ou outro. Somente assim, é que se constrói a segurança jurídica necessária para o convívio em sociedade, sobretudo numa organização complexa como a atual. É através da perquirição da natureza, tanto da pessoa e da desconsideração, que se garantirá a perpetuação de um ser tão imprescindível às nossas necessidades. Portanto, à prática da pessoa jurídica há apenas uma formulação a seguir. A prática leva ao estudo, o estudo leva ao aprimoramento, e o aprimoramento leva à racionalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de. *Das Pessoas Jurídicas: ensaio de uma theoria*. RJ: RT, 1905.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. *A Desconsideração da Personalidade Jurídica e o Direito do Consumidor: um estudo de direito civil constitucional*. In: TEPEDINO, Gustavo. (coord.). *Problemas de direito constitucional*. RJ: Renovar, 2000.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*, v. I e II, 13. ed. rev. RJ: Forense, 2004.

ALVIM, Arruda. *Direito Privado*. v.1. SP: RT, 2002.

AMARAL, Francisco. *Direito Civil: introdução*. 6. ed. rev., atual. e aum. RJ: Renovar, 2006.

ARAUJO, Douglas Santos. *A influência de Teixeira de Freitas no Brasil e no mundo*. [online] Disponível na Internet em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1907>>. Acesso em: 08 out. 2009.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *O Direito: introdução e teoria geral*. 2. ed. rev. atual. e ampl. RJ: Renovar, 2001.

BASTOS, Flávio. *Individualidade*. [online] Disponível na Internet em: <<http://www.flaviobastos.com/Individualidade.htm>>. Acesso em: 11 out. 2009.

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. *Curso Avançado de Direito Comercial*. 3. ed. rev. atual. e ampl. SP: RT, 2006.

BEVILAQUA, Clovis. *Teoria Geral do Direito Civil*. 7. ed. RJ: Paulo de Azevedo LTDA, 1955.

BIBAS, Leonardo. *O abuso da Desconsideração da Personalidade Jurídica nos Tribunais*. Curitiba, 2008, 91 f. Monografia (Curso de Graduação) Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

BRASIL. L. 3071 de 01 de janeiro de 1916. *Código Civil de 1916*. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L3071.htm>>. Acesso em: 07 out. 2009.

_____. L. 10.460 de 10 de janeiro de 2002. *Código Civil de 2002*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 07 out. 2009.

_____. L. 8078 de 11 de setembro de 1990. *Código de Defesa do Consumidor*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l8078.htm>>. Acesso em: 20 out. 2009.

_____. DL 5452 de 01 de maio de 1943. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm>>. Acesso em: 20 out. 2009.

_____. L. 5172 de 25 de outubro de 1966. *Código Tributário Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm>. Acesso em: 18 out. 2009.

_____. L. 9.605 de 12 de janeiro de 1998. *Lei de Crimes Ambientais*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 18 out. 2009.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*. REsp n. 744.107, de São Paulo. Aurea Administração e Participações S/A versus São Paulo Transportes S/A. Relator Ministro Fernando Gonçalves. Decisão de 20 de maio de 2008. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=desconsidera%E7%E3o+personalidade+jur%E7%Dica&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=33>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Execução Fiscal. Alienação de Imóvel. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Grupo de Sociedades com Estrutura Meramente Formal*. REsp n. 767.021, do Rio de Janeiro. Interunion Capitalização S/A versus Fazenda Nacional. Relator Ministro José Delgado. Decisão de 16 de agosto de 2005. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=desconsidera%E7%E3o+personalidade+jur%E7%Dica&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=73>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Tribunal de Justiça do Paraná. *Agravo de Instrumento. Execução Título Judicial. Pretendida Desconsideração da Personalidade Jurídica*. AI n. 512.647-4, de Curitiba. Marcos Antonio Soneto Simoneti versus Laticínio Noroeste LTDA. Relator

Desembargador Edgard Ferrando Barbosa. Decisão de 15 de março de 2009. Disponível em <<http://www.tj.pr.gov.br/portal/judwin/consultas/jurisprudencia/JurisprudenciaDetalhes.asp?Sequencial=62&TotalAcordaos=188&Historico=1&AcordaoJuris=788332>>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____. Tribunal de Justiça do Paraná. *Agravo de Instrumento. Execução Título Judicial. Pretendida Desconsideração da Personalidade Jurídica*. AI n. 434.314-2, de Curitiba. CIA de Cimento Itambé versus Ivankio & CIA LTDA. Relator Rubens Oliveira Fontoura. Decisão de 28 de novembro de 2007. Disponível em <<http://www.tj.pr.gov.br/portal/judwin/consultas/jurisprudencia/JurisprudenciaDetalhes.asp?Sequencial=139&TotalAcordaos=188&Historico=1&AcordaoJuris=625324>>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. *Decisão que Confere Viabilidade da Desconsideração da Personalidade Jurídica da Empresa*. AI n. 2008.002.11759, do Rio de Janeiro. Arcel S/A Empreendimentos e Participações versus Ilidio da Rocha Lima. Relator Desembargador Carlos Eduardo Moreira da Silva. Acórdão de 23 de julho de 2008. Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br/scripts/weblink.mgw?MGWLPN=DIGITAL1A&LAB=CONxWEB&PGM=WEBPCNU88&PORTAL=1&N=200800211759&protproc=1>>. Acesso em: 10 out. 2009.

CAPITANT, Henri. *Introduction à l'Étude du Droit Civil*. apud AMARAL, Francisco. Direito Civil: introdução. 6. ed. rev., atual. e aum. RJ: Renovar, 2006.

CASILLO, João. *Desconsideração da Pessoa Jurídica*. SP, sine data, 47 p. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Direito na PUC-SP.

CASTRO, Aldemario Araujo. *Aplicação no Direito Tributário da Desconsideração da Personalidade Jurídica Prevista no Novo Código Civil*. [online] Disponível na Internet em: <<http://www.aldemario.adv.br/desconsidera.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

CHACON, Paulo Eduardo de Figueiredo. *O Princípio da Segurança Jurídica*. [online] Disponível na Internet em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4318>>. Acesso em: 11 out. 2009.

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial, v.II. 12. ed. rev. e atual. SP: Saraiva, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*. 3. ed. rev. atual. RJ: Forense, 1983.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. SP: Martin Claret, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 22. ed. SP: Atlas, 2009.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*, v. 1-4. SP: Saraiva, 2005.

DOLLINGER, Jacob. *Direito Internacional Privado: parte geral*. 9. ed. atual. RJ: Renovar, 2008.

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de Direitos do Consumidor*. 8. ed. SP: Atlas, 2005.

FILHO, Calixto Salomão. *O Novo Direito Societário*. 2. ed. rev. SP: Malheiros, 2005.

FOLMANN, Melissa; FALEIRO, Marcia Bataglin Delcastel (org). *Jurisprudência Brasileira 196 – Desconsideração da Personalidade Jurídica*. Curitiba: Juruá, 2002.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Instituições de Direito Civil*. 2. ed. atual. SP: Saraiva, 1991.

_____. *Formas e Aplicação do Direito Positivo*. SP: RT, 1969.

FREITAS, Elizabeth Cristina Campos Martins de. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*. análise à luz do código de defesa do consumidor e do novo código civil. SP: Atlas, 2002.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil*. 9.ed. rev., atual. e ampl. SP: Saraiva, 2007.

GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*. 15.ed. RJ: Forense, 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*, v.1. 6. ed. rev. e atual. SP: Saraiva, 2008.

GONÇALVES, Oksandro. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*. Curitiba: Juruá, 2004.

KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. *A Desconsideração da Personalidade Jurídica (Disregard Doctrine) e os Grupos de Empresas*. 2.ed. RJ: Forense, 1997.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *A Monografia Jurídica*. 6. ed. rev., atual. e ampl. SP: RT, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. aum. e rev. RJ: Objetiva, 2004.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Desconsideração da Personalidade Societária no Direito Brasileiro*. SP: RT, 1987.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Fontes e Evolução do Direito Civil Brasileiro*. 2. ed. RJ: Forense, 1981.

_____. *Tratado de Direito Privado*, v. I. RJ: Borsoi, 1954.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 26. ed. rev. e atual. SP: Malheiros, 2009

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*, v. 1. 19. ed. SP: Saraiva, 1979.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *A Constitucionalização do Direito Civil e Seus Efeitos Sobre a Responsabilidade Civil*. In: Revista Direito, Estado e Sociedade, n. 29, jul-dez de 2006.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. *A dupla crise da pessoa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1979.

_____. *Conceito de pessoa jurídica*. Curitiba, 1962, 186 p. Tese (para concurso de livre docência de Direito Civil) – Setor de Ciências Jurídicas da UFPR.

PANTOJA, Tereza Cristina G. *Anotações Sobre as Pessoas Jurídicas*. In TEPEDINO, Gustavo (coord.). *A Parte Geral do Novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional*. 2. ed. rev. RJ: Renovar, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*, v. I e III. RJ: Forense, 2006.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional*. 2. ed. RJ: Renovar, 2002.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 27. ed. SP: Saraiva, 2002.

_____. *Filosofia do Direito*. 20. ed. SP: Saraiva, 2002.

REQUIÃO, Rubens. *Abuso de Direito e Fraude Através da Personalidade Jurídica*. Revista dos Tribunais. ano 58, v. 410, dez./1969.

_____. *Curso de Direito Comercial*, v. I. 27. ed. rev. e atual. SP: Saraiva, 2007.

SANTOS, João Manuel de Carvalho. *Código Civil Interpretado principalmente do ponto de vista prático*, v. I. 12. ed. RJ: Freitas Bastos, 1980.

SILVA, Alexandre Alberto Teodoro da. *A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Tributário*. SP: Quartier Latin, 2007.

SILVA, Alexandre Couto. *Aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Brasileiro*. SP: LTr, 1999.

SOUSA, Cláudio Calo. *Algumas impropriedades do denominado "novo" Código Civil*. [online] Disponível na Internet em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3660>>. Acesso em: 10 out. 2009.

SOUZA, Vanessa Ribeiro Corrêa Sampaio. *Desconsideração da Personalidade Jurídica: teoria e legislação no Brasil*. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano VII, n.9. dez, 2006. [online] Disponível na Internet em: <<http://www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista09/Artigos/Vanessa.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2009.

TEPEDINO, Gustavo, et alii. *Código Civil Interpretado Conforme a Constituição da República*. 2. ed.rev. e atual. RJ: Renovar, 2007.

WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. *Câmara dos Lordes*. [online] Disponível na Internet em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2mara_dos_Lordes>. Acesso 11 out. 2009.